

# EXTRA

## CLASSE-ORG-BR

ANO 20 | Nº 274 | SETEMBRO E OUTUBRO DE 2023

### EDUCAÇÃO

Com metas não alcançadas e em retrocesso, o PNE agoniza sem cumprir seu papel

### ECONOMIA

O que ficou de fora da Reforma Tributária negociada entre Governo e Congresso



# O mundo de olho no lítio boliviano

A Bolívia está com o gás natural acabando e tem as maiores reservas de lítio do planeta. Usado nas baterias de veículos elétricos e de produtos eletrônicos, o 'ouro branco' pode ser uma saída econômica para o país andino, que já negocia acordos bilaterais com o Brasil

## 04 ENTREVISTA

A psicanalista Elisama Santos apresenta seu manual de comunicação não violenta

## 07 WEISSHEIMER

A guinada de Porto Alegre à direita nos últimos 20 anos e o que pode ocorrer nas próximas eleições municipais

## 08 EDUCAÇÃO

Como e por que o Plano Nacional de Educação não foi cumprido e o que será do próximo PNE

## 11 ECONOMIA

A Reforma Tributária possível até o momento e as mudanças necessárias que ficaram de fora

## 14 ESPECIAL

Cobiçado por muitos, como pelo megaempresário Elon Musk, o lítio boliviano também faz parte dos planos do Brasil

## 17 ROLIM

A polêmica em torno do livro de divulgação científica *Que Bobagem!*, de Natália Pasternak e Carlos Orsi

## 18 ENSINO PRIVADO

O anúncio do fechamento do IPA e a reação da comunidade escolar no ano do centenário da instituição

## 22 MOVIMENTO

O ICL, comandado pelo economista Eduardo Moreira, reúne cabeças progressistas em projeto de mídia e educação

## 24 ARTE +

Tabajara Ruas fala sobre ter sido escolhido como patrono da Feira do Livro e dos projetos em andamento

# EDITORIAL

## O petróleo do futuro e a geopolítica em torno do lítio

Em nossa reportagem de capa desta edição, tratamos das maiores reservas de lítio do planeta, localizadas na Bolívia, sob os olhos famintos do mercado internacional, de governos e de tubarões da indústria de veículos elétricos. Entre eles, Elon Musk, empresário e bilionário sul-africano, dono da Tesla e do Space X (antigo Twitter). Musk não esconde sua sanha golpista quando se trata dos seus interesses particulares como grande investidor.

Ouro branco, petróleo do futuro são algumas das figuras de linguagem geralmente associadas ao mineral extraído nos grandes desertos de sal. O mineral é utilizado principalmente na indústria elétrica e eletrônica, em que a produção de pilhas e baterias elétricas para celulares, notebooks e carros híbridos/elétricos representou em 2022, segundo relatório do Serviço Geológico dos EUA (USGS, na sigla em inglês), 74% do uso de lítio no mundo.

A sua importância, porém, está diretamente associada à tão falada transição energética, cujo maior objetivo é mitigar o aquecimento global com a redução e total substituição do uso de combustíveis fósseis (principal emissor de gases de efeito estufa) por energias limpas, e por ser visto e associado à energia elétrica não poluente.

Na indústria automobilística e no setor de transportes, o lítio é visto como “energia verde” para as baterias recarregáveis dos veículos elétricos. Trata-se de um componente com alta capacidade de condução de energia elétrica, representando uma alternativa melhor do que as baterias de ácido de chumbo.

A América do Sul possui vastas reservas do minério em três países que formam o triângulo do lítio: Argentina, Bolívia e Chile. Os três concentram cerca de 64% das reservas mundiais.

A maior está na Bolívia, no Salar de Uyuni, com 21 milhões de toneladas; na Argentina, com 18 milhões no Salar del Hombre Muerto, e no Chile, com 9,8 milhões no Salar de Atacama.

Na América Latina como um todo, há também reservas no Peru, México e Brasil, mas em menor quantidade. No total, aproximadamente 68% do lítio contabilizado no mundo está concentrado nos países que falam línguas latinas.

Diante dessa realidade global, o *Extra Classe* lançou um olhar mais específico sobre a Bolívia e as implicações para o Brasil.



**EXTRA CLASSE**  
MÉDIA E CULTURA

Redação: [extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Editores-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Editor de Fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Débora Ertel, Fernanda Simoneto, Marcelo Menna Barreto e Maurício Brum

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Tiragem: 23 mil exemplares

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283  
[extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

\* O conteúdo dos artigos de opinião e das matérias assinadas é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclasse.org.br) [fb.com/jornalextraclasse](https://www.facebook.com/jornalextraclasse) [instagram.com/jornalextraclasse](https://www.instagram.com/jornalextraclasse)

O agro avança

SANTIAGO

O avanço da agropecuária pode ser constatado em todos os biomas brasileiros entre 1985 e 2022. A exceção fica por conta da Mata Atlântica, o bioma mais desmatado do país, onde os dois terços do território ocupados por essas atividades permaneceram estáveis nas últimas duas décadas. Na Amazônia, a área ocupada pelo agro saltou de 3% para 16%; no Pantanal, de 5% para 15%; no Pampa, de 29% para 44%; na Caatinga, de 33% para 40%. No Cerrado, as atividades agropecuárias agora ocupam metade do bioma (50%); em 1985, era um pouco mais de um terço (34%). Em todo o Brasil, a área ocupada por atividades agropecuárias passou de cerca de um quinto (22%) para um terço (33%) do país. As pastagens avançaram sobre 61,4 milhões de hectares entre 1985 e 2022; a agricultura, sobre 41,9 milhões de hectares.

“O Pantanal e o Pampa são exemplos de biomas naturalmente aptos para a pecuária, pois seus campos são como pastagens naturais. Nos dois casos, o avanço da soja representa uma degradação do bioma”, alerta Marcos Rosa, coordenador técnico do MapBiomas.

Estados e municípios

A perda de vegetação nativa aconteceu em 25 dos estados brasileiros entre 1985 e 2022. Um único estado manteve estável a área de vegetação nativa: São Paulo. Apenas o Rio de Janeiro teve um leve aumento de vegetação nativa (de 31% em 1985 para 32% em 2022).

Os estados com maior proporção de vegetação são Amapá e Amazonas, com 95%, e Roraima, com 93%. Já os estados com menor proporção de vegetação nativa são Sergipe (16%), Alagoas (20%) e São Paulo (21%).

Os estados com maior proporção do território ocupado com agricultura são o Paraná, com 39%, e o Rio Grande do Sul, com 36%. Já o Sergipe e Alagoas são os que têm maior proporção de pastagem no território, 62% e 52%, respectivamente.

Em 1985, 46% dos municípios brasileiros tinham como principal cobertura e uso da terra a vegetação nativa. Em 2022, 602 deles saíram desta situação, e agora 36% dos municípios mantêm esta condição. Em 37% das cidades, hoje predomina como principal uso da terra a agropecuária.



Depois do novo Código Florestal, houve aceleração da perda de mata nativa

Estudo divulgado pelo MapBiomas mostra que, nos últimos 10 anos (2013 a 2022), a perda de vegetação nativa no Brasil foi acelerada. O período coincide com a vigência do novo Código Florestal, aprovado pelo Congresso Nacional em 2012. A análise é inédita e foi feita a partir da mais recente coleção de dados de uso e cobertura da terra, cobrindo o período entre 1985 e 2022, que foi lançada no último dia de agosto.

A análise das imagens de satélite revela que, no período de 5 anos antes da aprovação do Código Florestal (2008-2012), houve uma perda de 5,8 milhões de hectares. Nos cinco anos seguintes à aprovação do Código (2013-2018), a perda aumentou para 8 milhões de hectares. Nos últimos 5 anos (2018-2022), alcançou 12,8 milhões de hectares, um aumento de 120% em relação a 2008-2012.

“Analisando a evolução anual da perda de cobertura de vegetação nativa agrupada em períodos de 5 anos desde 1992, quando foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, o período de maior perda foi aquele imediatamente antes da aprovação do Código Florestal em 2012. Mas, desde então, a perda se acelerou ainda mais, com aumento do desmatamento. Estamos nos distanciando, em vez de nos aproximar do objetivo de proteger a vegetação nativa brasileira, previsto no Código Florestal, e do compromisso de zerar o desmatamento até o final desta década”, explica Tasso Azevedo, coordenador-geral do MapBiomas.

Os dados desde 1985 até 2022 registram uma perda de 96 milhões de hectares de vegetação nativa – uma área equivalente a 2,5 vezes a Alemanha. A proporção de vegetação nativa no território caiu de 75% para 64% no período.

De acordo com o estudo, de tudo que foi antropizado em cinco séculos no país, 33% foram antropizados, ou seja, convertidos para algum uso humano, como cidades ou atividades agropecuárias, nos últimos 38 anos. Esse processo se deu mais fortemente na Amazônia e no Cerrado, onde 52 milhões de hectares (equivalente à área da França) e 31,9 milhões de hectares foram antropizados, respectivamente, nesse intervalo. Proporcionalmente à vegetação existente em 1985, os biomas que mais perderam vegetação nativa até 2022 foram o Cerrado (25%) e o Pampa (24%).



Pastagem com manejo e área agrícola avançam sobre vegetação nativa

# Nada é óbvio quando a palavra cria obstáculos



Fotos: Juliana Caribe

por Marcelo Menna Barreto

A escritora e psicanalista Elisama Santos está lançando *Vamos conversar – Um pequeno manual de Comunicação não Violenta para a vida real*. É o quarto da sequência dos *best-sellers* *Educação não violenta* (2019), *Por que gritamos?* (2020) e *Conversas Corajosas*, todos publicados pela Paz & Terra e que a fizeram chegar à lista dos autores mais procurados do país.

Autoridade nacional no método desenvolvido pelo psicólogo norte-americano Marshall Bertram Rosenberg, autor de frases como: “Quando compreendemos as necessidades que motivam nosso próprio comportamento e o de outros, não temos inimigos”, Elisama sistematiza agora tudo o que aprendeu em seus anos de vivência e estudo da comunicação não violenta (CNV).

Nesta entrevista para o *Extra Classe*, ela passeia com maestria por temas como a importância dos conflitos para o nosso crescimento, a necessidade de assumirmos as diferenças e deixa claro que “tolerar o intolerável é, em regra, violentar a nós mesmos”, ao afirmar que a não violência não é sinônimo de passividade e ausência de limites.

Elisama, ainda, ministra palestras sobre educação parental e é apresentadora dos programas *SAC das Emoções* (GNT) e *Vai passar*, podcast exclusivo do *Spotify*, onde responde a dúvidas de pais e educadores de maneira leve e direta, além de conversar sobre maternidade, paternidade, relacionamentos e autocuidado.

**Extra Classe – Seu novo livro, intitulado *Vamos Conversar*, pode ser encarado como uma síntese dos três anteriores e que fizeram bastante sucesso?**

**Elisama Santos** – Não sei se posso chamar de síntese, porque existem ideias novas nele. A cada ano, aprendo mais sobre relações, psicanálise, não violência; e este aprendizado se reflete em tudo que escrevo.

**EC – Como responder à pergunta que dá nome ao primeiro capítulo *Quem tem medo de conflito*?**

**Elisama** – Nós aprendemos a ter medo dos conflitos, porque entendemos que são confrontos que podem custar a nossa paz, a nossa saúde mental e a saúde das nossas relações. Temos medo das mudanças que os conflitos podem trazer para a nossa vida e, por isso, costumamos fugir deles. Queremos economizar energia e não colocamos no cálculo a energia que desperdiçamos nos esforçando para caber em situações incômodas e violentas, porque não queremos encarar os problemas e conflitos.

**EC – Por que o conflito é importante para o crescimento pessoal?**

**Elisama** – Conflitos são divergências de ideias que nos causam incômodo. São convites para enxergarmos as situações por ângulos diferentes dos que já conhece-

mos. Cada vez que nos permitimos ampliar a nossa forma de encarar o mundo e as situações, aprendemos mais sobre nós, sobre o outro e sobre a vida. Não são aprendizados fáceis e eu não quero, de forma alguma, fazer parecer que precisamos agradecer pelos desconfortos que precisamos viver.

**EC – Por que não?**

**Elisama** – Eu queria uma vida tranquila em que tudo fosse do meu jeito; seria uma delícia (risos)! Mas até o meu jeito foi se transformando à medida que a vida me convoca a mudar, a aprender, a crescer. As relações que vivenciamos o conflito com coragem e honestidade são seguras e fortes. Quem foge do conflito costuma normalizar a mentira e a dissimulação na relação, por um motivo simples: não somos iguais. Ou a gente assume as diferenças e lida com elas, ou finge que elas não existem. Acredito que a segunda opção não seja a melhor delas.

**EC – Como, então, em sua opinião, devemos assumir as diferenças e lidar com elas?**

**Elisama** – Quando falo as palavras mentira e dissimulação, parece que estou falando de vilões de novela. A gente associa essas palavras a pessoas más, mas nós mentimos e dissimulamos, na maior parte das vezes, para agra-

dar e evitar a dor – tanto a nossa quanto a dor do outro. Mentimos para fingir que não nos incomodamos com esta ou aquela postura; dissimulamos quando colocamos um sorriso no rosto e dizemos sim, quando tudo que gostaríamos era sustentar um sonoro não.

**EC – Como assim?**

**Elisama** – Ao negar as diferenças, fingir que não existem e que não mexem conosco, mentimos para nós e para quem convive conosco, minando a relação, sem a intenção de fazê-lo. A gente só aprende a lidar com o que aceita que existe.

**EC – Então?**

**Elisama** – Se não nomeio a diferença, como vou desenvolver ferramentas respeitadas para lidar com ela? Como vou reparar as eventuais consequências danosas da sua existência? Como vou entender o que sinto ameaçado – e por isso me incomodo – diante da diferença? Negar a diferença é se fechar para os questionamentos e transformações que ela provoca.

**EC – Por exemplo?**

**Elisama** – Um exemplo comum é a ilusão de que somos todos iguais. Repetidas vezes, com o intuito de anunciar-se como alguém inclusivo e respeitoso, fala-se em não ver cor, em não notar a raça das pessoas ao redor, em sermos todos iguais. Ocorre que somos um

país que viveu intensas violências em virtude da colonização e escravidão dos povos originários, não somos iguais. Se nego a existência da cor, como nomearei o racismo? Como vou pensar em formas de impedir que aconteça? Como vou reparar os sofrimentos decorrentes da sua existência? Fingir que a diferença não existe é se omitir diante das violências. Somos diferentes, temos histórias de vida diferentes, temos convicções diferentes e precisamos reconhecê-las para tomarmos a convivência mais saudável e respeitosa para todos.

**EC – A senhora relativiza o “óbvio”. Por quê? A palavra deveria ser retirada do vocabulário?**

**Elisama** – Não acredito que deva ser tirada do vocabulário, mas, certamente, precisamos rever a sua aplicação. Nada é óbvio. Ninguém vê o mundo da exata forma que o vemos. Ninguém tem a nossa história de vida, o nosso jeito de sentir, de enxergar o mundo. Ninguém percebe a realidade da exata forma que a percebemos. Quando digo que algo é óbvio, estou afirmando que é visto pelo outro da exata forma que também vejo, estou acreditando que o outro recebe o que lhe acontece da mesma forma que eu e isso é uma ilusão. Assumir que nada é óbvio nos tira do nosso jeito de ver e nos coloca em direção ao encontro com o outro.



**CAINELLI**  
ADVOGADOS

Para saber mais sobre seus direitos previdenciários, trabalhistas e cíveis, conte com nossa experiência de 27 anos na defesa dos professores do Ensino Privado. **Entre em contato conosco através do WhatsApp:**

**51 2500.7014\***

\* WhatsApp exclusivo para mensagens de texto.

**EC – No ambiente escolar, vivenciamos recentemente absurdas cenas de massacres, violência e censura, que se somam às históricas situações de bullying e de conflitos entre professores, alunos, pais e direções. Como lidar com essa realidade?**

**Elisama** – Precisamos entender que a escola não é um ambiente apartado da sociedade, mas parte dela. Isso quer dizer que as situações de violência e agressão que estão ocorrendo na escola refletem o mundo em que a comunidade escolar está inserida. Podemos pensar em formas de dialogar e lidar com os problemas que estão surgindo entre professores, alunos, pais e direção, mas não podemos acreditar que serão resolvidos se, socialmente, estamos cada vez mais intolerantes e indispostos ao diálogo. A escola não será uma ilha de paz, amor e harmonia se fora dela a sociedade está caótica. É urgente que amplie-mos a nossa visão e pensemos as situações que estamos presenciando para além dos muros da escola.

**EC – O filósofo Karl Popper propôs o paradoxo de que “a tolerância ilimitada leva ao desaparecimento da tolerância”. Em um contexto de radicalização política, é possível praticar comunicação não violenta com pessoas de pensamentos e práticas intolerantes e violentas?**

**Elisama** – A não violência não é sinônimo de passividade e ausência de limites. Costumamos confundir as coisas e, com isso, acreditar que seguiremos compreendendo e acolhendo o outro sem considerarmos as nossas próprias necessidades e fronteiras. Por vezes, a conexão com o que é importante em nós nos fará tomar decisões e adotar posturas que causam incômodo no outro, que barram o seu desejo. E não seria isso a vida em sociedade? Este delicado – e tenso – equilíbrio entre os anseios de todos e o respeito ao outro? O que quero trazer aqui é que tolerar o intolerável é, em regra, violentar a nós mesmos, e a não violência em direção ao outro não pode nos custar altas doses de violência autoimposta.

**EC – Nos contextos da desi-**

**gualdade social e de hierarquia do poder nas instituições, pode existir diálogo real entre sujeitos que ocupam posições distantes?**

**Elisama** – Importante lembrar que não há diálogo real quando a relação é assimétrica e desigual. Quando falamos da política, não podemos acreditar que estamos todos ocupando iguais papéis, com iguais condições de vida. As violências sociais não são interpretações da realidade, mas fatos observáveis. Desconsiderar a realidade compartilhada para tolerar a realidade psíquica de cada indivíduo pode, também, ser violento. São tantas as armadilhas que podemos cair acreditando que estamos vivendo alinhados com a empatia e o respeito.

**EC – Você afirma que o que aconteceu na infância de cada indivíduo reverbera na sua forma de ver o mundo, na narrativa da vida e, principalmente, na forma como educa seus filhos. O que pode ter acontecido na infância de pessoas com pensamentos e discursos vazios de reflexão, mas cheio de preconceito e ódio?**

**Elisama** – É difícil dizer o que leva uma pessoa a agir como age, falar como fala, acreditar no que acredita. Não temos a exatidão de um cálculo matemático, em que podemos separar cada elemento que compõe uma equação. Somos complexos demais para isso. O que posso afirmar é que cada um de nós desenvolveu, ao longo da vida, estratégias para se sentir mais amado, acolhido, aceito – mesmo que nunca tenha, conscientemente, pensado nisso. Assim como todos nós também desenvolvemos estratégias para fugir do desprazer e do desconforto. Nos agarramos às nossas estratégias com força, porque temos medo de encarar o desamparo e a complexidade da vida.

**EC – E os discursos de ódio?**

**Elisama** – Os discursos de ódio, tão difundidos atualmente, dão respostas simples para problemas complexos. Fazem acreditar que se essa ou aquela mudança não acontecer, a vida seguirá sem sobressaltos. Fazem com que os seus seguidores se sintam amparados, protegidos, importantes

e parte de algo maior – para alguns, pela primeira vez na vida.

**EC – O que fazer diante disso?**

**Elisama** – Entender esse grupo, assumindo a sua heterogeneidade, nos ajuda a pensar estratégias que evitam que sigam crescendo. Os acontecimentos da infância nos ensinam como estar no mundo, deixam as suas marcas, mas não podemos apenas culpar a infância de quem propaga discursos de ódio, mas observar o contexto social, o ambiente que propicia que tais ideias se espalhem. Se não tomarmos cuidado, buscamos, também, uma explicação simples para um problema que tem muitas camadas e colocamos no indivíduo a conta de algo que é social.

**EC – Como a cultura da não violência, da tolerância, pode ser trabalhada no ambiente escolar?**

**Elisama** – A comunidade escolar é rica em diferenças! São diversos mundos que se encontram em prol da construção de um futuro promissor para o indivíduo e para a sociedade. Se conseguimos falar sobre essas diferenças e chamamos os desconfortos para conversar, construímos algo potente. Se, em vez de fugirmos dos assuntos difíceis, acreditando que não são temas para a escola, nós falarmos sobre eles, construiremos um ambiente melhor para todos os envolvidos. Acreditamos que a escola é um lugar para aprender matemática, geografia e todos os conhecimentos cartesianos, mas esquecemos que ela possui uma responsabilidade maior, de desenvolvimento da capacidade de diálogo, de exercício de uma cidadania responsável e consciente.

**EC – A senhora pode exemplificar assuntos difíceis que podem e devem ser trabalhados no ambiente escolar, em vez de se fugir deles?**

**Elisama** – Quanto mais violenta a estrutura social, mais frequentes as situações em que a escola precisará interferir como construtora de um mundo mais justo e igualitário. Racismo, machismo, homofobia, e tantos e tantos outros temas estão presentes na escola, diariamente, quer os professores e coordenado-

**Se, em vez de fugirmos dos assuntos difíceis, acreditando que não são temas para a escola, nós falarmos sobre eles, construiremos um ambiente melhor para todos os envolvidos**

res assumam, quer finjam que não existem. Quando assumimos o nosso papel de anfitriões das crianças e adolescentes neste mundo caótico, entendemos que falar sobre os seus medos, dúvidas e dificuldades é essencial para que se tornem cidadãos conscientes. Para que possam, inclusive, ter espaço interno para aprender. Ou será que um aluno vítima de racismo diariamente está em sua melhor condição para desenvolvimento do aprendizado? As meninas que sofrem com o machismo dos colegas estão em um ambiente que estimula o seu crescimento? A escola não pode se furtar de abordar temas difíceis em rodas de conversas e ações educativas ou viverá as consequências dessa omissão. E essa responsabilidade não deve recair nos ombros dos professores apenas, que já fazem tanto diariamente com tão poucos recursos, mas das secretarias de Educação e estudiosos do tema.

**EC – Em um país em que a escola reproduz e é consequência de profunda desigualdade, o que dificulta estabelecer diálogos não violentos nas escolas públicas tão precarizadas no Brasil?**

**Elisama** – Quando assumimos esta responsabilidade, entendemos que falar sobre sentimentos, emoções, dificuldades pessoais e coletivas é, também, parte dos seus encargos. Acontece que grande parte das instituições de ensino do país sofre com abandono e falta de estrutura física para funcionar, ofertando o mínimo para os estudantes e funcionários. Violentada pelo poder público, o exercício do cuidado entra em disputa com outras necessidades urgentes. A escola acompanha as mudanças sociais, não nos esqueçamos disso.



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

# O que se passou em Porto Alegre?

*Desde que o PT perdeu a prefeitura de Porto Alegre, em 2004, quando José Fogaça derrotou Raul Pont na eleição, a cidade iniciou uma guinada para a direita, que segue até hoje*

Qual é o peso histórico de duas décadas? Que mudanças um período como esse comportam e como entendê-las? Essas perguntas podem ser úteis para pensarmos as transformações que ocorreram em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, em um período de pouco mais de 20 anos. Em 2001, a cidade virou notícia internacional ao sediar a primeira edição do Fórum Social Mundial, um evento organizado por movimentos sociais, coletivos e organizações da sociedade civil, reunidas em torno de um conceito comum: a necessidade de pensar e trabalhar pela construção de um outro mundo possível, distinto daquele que estava sendo erguido pelos arautos de uma globalização que prometia um mundo novo, sem fronteiras e com tecnologias que iriam trazer um período de prosperidade para a humanidade.

A primeira edição do FSM foi realizada em Porto Alegre, entre os dias 25 e 30 de janeiro de 2001, e o evento se apresentou como um contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, que reunia líderes econômicos e políticos da globalização capitalista. O lema "Um outro mundo é possível" expressava a busca por um sistema econômico democrático, sustentável e que não empurrasse para a exclusão, marginalização e pobreza milhões de pessoas. Em

sua primeira edição, o FSM reuniu mais de 20 mil pessoas de 117 países e contou com a presença de ativistas, intelectuais e líderes da esquerda mundial.

O mundo, com certeza, era outro, e Porto Alegre e o estado do Rio Grande do Sul eram então governados pelo PT. A cidade foi escolhida para sediar o Fórum Social Mundial justamente pelas experiências de políticas públicas que vinham sendo construídas pelos governos de esquerda, com destaque para o Orçamento Participativo.

Mais de 22 anos depois, pouca coisa desse passado, além da memória dos que participaram dele, parece permanecer vivo na cidade. Desde que o PT perdeu a prefeitura de Porto Alegre, em 2004, quando José Fogaça derrotou Raul Pont na eleição, a cidade iniciou uma guinada para a direita, que segue até hoje. Fogaça foi o primeiro prefeito da Capital que não era do PT desde 1988, quando Alceu Collares foi eleito. Em 2004, mesmo com o desgaste praticamente inevitável de quatro governos sucessivos, alimentado por disputas internas dentro do PT, as políticas dos governos de esquerda na cidade ainda eram muito fortes, o que levou, inclusive, o candidato José Fogaça a adotar uma tática de incorporá-las em seu discurso, em especial o OP, repetindo uma platitude: fica o que está bom e muda o que não

Foto: Eduardo Beleske/PM/PA



está. Os governos que se seguiram a ele, contudo, foram abandonando gradualmente as tentativas de assimilação (mesmo que de fachada) dos símbolos das administrações populares, e implementando um processo de desmonte das suas políticas.

Hoje, a cidade é governada por Sebastião Melo, do MDB, que apoiou Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022, e foi eleito com apoio do voto bolsonarista, e do discurso de ódio e de mentiras da extrema direita, que atacou pesadamente a candidata Manuela D'Ávila, do PCdoB. Se, em 2001, Porto Alegre era uma referência para a esquerda internacional por suas políticas públicas e experiências democráticas, hoje se tornou um paraíso da especulação imobiliária, que conta com o apoio da prefeitura do município para uma política de desmonte ambiental, expressa em uma ofensiva sem precedentes contra espaços públicos, parques e áreas verdes da cidade. E se tornou também uma trincheira bolsonarista.

No ano que vem, teremos novas

eleições municipais, e já começam as primeiras articulações e movimentos para a construção de uma aliança política capaz de derrotar o bloco bolsonarista-imobiliário que governa a cidade hoje. Não será tarefa fácil, tanto pela habitual tendência de uma divisão entre as candidaturas de esquerda, quanto pela base econômica e social que apoia o atual prefeito. Antes da definição de suas candidaturas, talvez fosse importante a esquerda pensar um pouco sobre o que aconteceu na cidade entre 2001 e 2023, não com um olhar saudosista, mas para tentar entender onde errou, como as forças sociais e políticas se movimentaram neste período e que transformações ocorreram no cotidiano da população. Essa reflexão parece importante também para não se incorrer no erro de fazer "mais do mesmo", repetindo os reflexos condicionados que as vidas partidárias costumam impor, ignorando as experiências dramáticas que vivemos nos últimos anos. Outra Porto Alegre é possível. A história recente da cidade merece isso.

**Notícia e informação têm bastante, mas pensada para você, só tem aqui.**

Educação | Economia | Política | Saúde | Justiça | Opinião...  
Acesse e saiba sempre muito mais!

extraclasse.org.br

SINPRO/RS

# O que levou o PNE à morte?



Foto: Arte de Fabio Ely Alves sobre foto de Igor Sperotto

por Débora Ertel

*Há nove meses de vencer, o Plano Nacional de Educação (PNE) agoniza à espera do fim. Aliás, na avaliação de quem acompanha o desempenho do cumprimento do PNE, a sensação é de que o plano já morreu. Em junho deste ano, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação divulgou o oitavo balanço do PNE: 86% das diretrizes e metas são descumpridas, e 45% delas estão piores do que em anos anteriores. O cenário de abandono mostra que apenas quatro dos 38 dispositivos progridem em ritmo suficiente para o seu cumprimento no prazo, ou seja, junho de 2024*

**D**as 20 metas, 13 estão em retrocesso. Têm piores resultados a universalização do atendimento à educação básica, a oferta da educação em tempo integral, a erradicação do analfabetismo, a valorização dos profissionais do magistério, o acesso ao ensino superior e a ampliação do investimento público.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é encarregado de publicar relatórios bienais do PNE por meio do Painel de Monitoramento. No último, no final do ano de 2022, o Inep afirmou que "é forçoso reconhecer que a execução do atual PNE é insuficiente para o alcance das metas até o ano de 2024, encontrando-se, aproximadamente, na metade do caminho ideal".

O cenário nacional se replica nos estados e, no Rio Grande do Sul, não é diferente. A Comissão Especial da Assembleia Legislativa, criada para monitorar e verificar o cumprimento do Plano Estadual de Educação (PEE), publicado em junho de 2025, constatou que nos pampas também são 13 metas descumpridas.

O relatório, entregue à Secretaria Estadual de Educação (Seduc), mostra que, dos 56 indicadores criados pelo

Inep, apenas sete foram alcançados pela educação gaúcha: dois deles de forma parcial e três com possibilidade de serem atingidos até 2025. Quatro indicadores não foram monitorados por insuficiência de dados, e 32, cujo prazo ainda não findou, têm o alcance

improvável por conta do ritmo de desenvolvimento apresentado na série histórica analisada.

A Seduc, questionada se monitora o cumprimento do PEE, informa que as metas dos Planos Estadual e Nacional de Educação são monitoradas, elaboradas e imple-

mentadas de forma conjunta entre estados e municípios.

Em junho de 2018, a Seduc havia apresentado à Comissão Coordenadora de Monitoramento do PEE uma plataforma digital que seria utilizada para controle, avaliação e observação do Pla-

no. No entanto, a ferramenta não entrou em operação. O que está disponível atualmente no site da Seduc, com data de publicação em junho deste ano, é um monitoramento em nível de rede estadual, sem dados globais do Rio Grande do Sul.

## Mas o que explica o fracasso do PNE? O que deu errado de 2014 para cá?

O doutor em Educação e pesquisador Gabriel Grabowski e a gerente de Políticas Educacionais do Todos pela Educação, Ana Gardennya Linard, têm na ponta da língua as causas da "morte" do PNE. Entre os motivos trazidos pelos especialistas, ambos convergem que faltaram monitoramento, financiamento, e a situação política do país atrapalhou.

Já em 2015, quando tomou posse em outubro, o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, assumiu o cargo admitindo que

não seria possível cumprir o PNE. O plano estava vigente havia pouco mais de um ano. A pedra no sapato do MEC era a meta 20, a qual determina investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação até 2024. Infelizmente, Mercadante estava certo. Depois de nove anos do PNE, o PIB investido em educação atualmente é de 5,1%.

O que freou a meta 20 foi a Emenda Constitucional 95, que limitou os gastos do país pelo período de 20 anos, aprovada em 15

de dezembro de 2016. O orçamento da União sofreu cortes e, mais uma vez, a Educação ficou sem recursos.

No ano seguinte, o titular do MEC, Mendonça Filho, já no governo de Michel Temer, mandou embora toda a equipe responsável por dar suporte ao Fórum Nacional da Educação (FNE) e exonerou 14 entidades do grupo de trabalho, substituindo por órgãos ligados ao governo.

Em 2019, o ministro da Educação do governo Jair Bolsonaro, Ri-

cardo Vélez Rodríguez, extinguiu a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), órgão responsável por articular o PNE. Com isso, o monitoramento e a efetivação das metas sofreram outro baque.

Vale lembrar que até o Censo Demográfico de 2020 não pôde ser realizado por conta da pandemia e, depois, teve novos adiamentos por falta de recursos para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o que também atrapalhou na avaliação do PNE.

## Um país que não prioriza a educação, nem segue as leis

Para Grabowski, como popularmente se diz, o "buraco é mais embaixo". "O Brasil tem um histórico de país que nunca priorizou a educação como política de nação", dispara. "Somente no século 20 o Brasil começou a pensar em educação, com oferta do ensino técnico em 1919 e criação do MEC em 1934."

O pesquisador pondera que o país é atrasado em relação ao resto do mundo e tem a cultura de

descontinuar projetos conforme os ciclos políticos.

Com o PNE, não foi diferente, e na avaliação de Grabowski, o plano já enfrenta o terceiro ciclo, sendo primeiro com os presidentes Dilma Rousseff e Michel Temer, o segundo com Jair Bolsonaro, e o terceiro, a caminho do fim, com Luiz Inácio Lula da Silva.

Grabowski chama atenção para o período político dos últimos tempos, marcados por reformas e

pela crise econômica.

Além disso, ele salienta o fato de o Brasil não levar a sério seus planos, independentemente da área de atuação. Com isso, não há cobrança para que realmente as ações se cumpram.

Sobre essa situação, Ana Gardennya Linard, do Todos pela Educação, faz uma crítica. "Hoje, não se tem uma penalidade em relação a isso. E o não cumprimento diz muito sobre as desigualdades

do país que acontecem justamente por não se levar a sério as leis que temos. As leis não são seguidas", lamenta.

Por conta deste cenário, ela afirma que não há mais como "ressuscitar" o PNE. "O impacto é pago por uma criança que está fora da escola, um jovem que abandona os estudos ou um adolescente que não aprende e não consegue empregos melhores", retrata.

## Projeto de Lei prevê penalização dos governos

Ana Linard comenta sobre o Projeto de Lei 88/2023, do senador Flávio Arns (PSB/PR), que defende uma penalização para os gestores públicos que não cumprirem as metas do PNE. A proposta está em tramitação com a relatoria da Comissão de Educação e Cultura no Senado.

Em audiência pública desta comissão no Senado, em março deste ano, Antonio Lassance, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), denunciou que, desde 2018, o MEC deixou de fazer o monitoramento de atualizações dos dados dos municípios quanto

ao cumprimento das metas do PNE.

Segundo Ana, o Tribunal de Contas da União (TCU) prepara uma publicação sobre o cumprimento das metas, documento que deve apresentar um olhar crítico sobre a execução, levantamento que terá também reflexos nos estados, por meio dos tribunais de contas locais.

O último relatório apresentado pelo TCU foi em 2020, quando apontou que as ações eram "incipientes, com baixo nível de governança do MEC na condução de políticas públicas educacionais em prol do atingimento das metas".

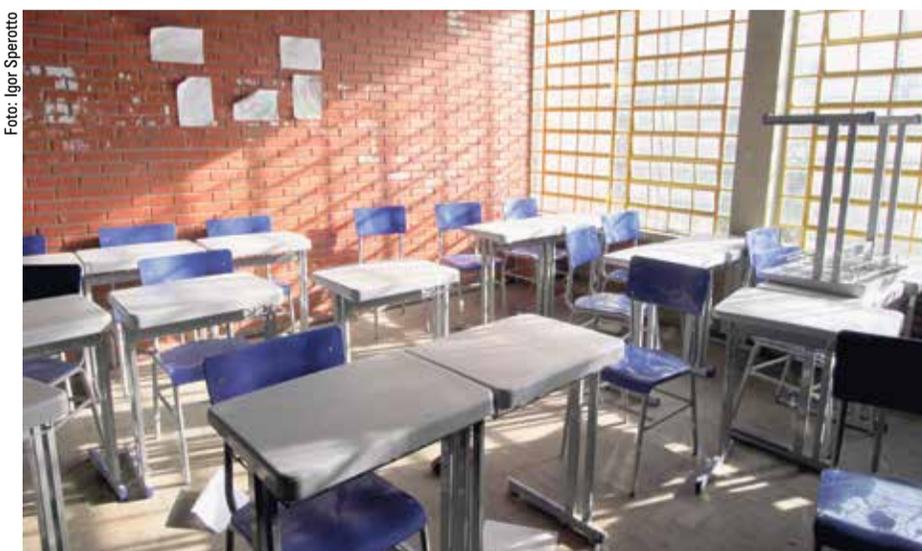


Foto: Igor Sperotto

As metas de investimento na educação pública não só não foram cumpridas, como também houve desinvestimento e retrocesso no que havia

## METAS DO PNE 2014 – 2024 E O QUE ACONTECEU COM ELAS

**1** – Universalizar (100%) até 2016 a educação infantil (4 e 5 anos), com cobertura de pelo menos 50% das crianças até 3 anos. **(Não cumprida e em retrocesso)**

**2** – Universalizar o ensino fundamental (6 a 14 anos) e garantir que pelo menos 95% dos alunos o conclua na idade recomendada. **(Não cumprida e em retrocesso)**

**3** – Universalizar até 2016 o atendimento escolar para a população de 15 a 17 anos e elevar a taxa média de matrícula para o ensino médio para 85%. **(Não cumprida e em retrocesso)**

**4** – Universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. **(Não cumprida e com falta de dados)**

**5** – Alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do 3º ano do ensino fundamental. **(Não cumprida e com falta de dados)**

**6** – Oferecer educação em tempo integral (ETI) em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos a 25% dos alunos da educação básica. **(Não cumprida, em retrocesso e com falta de dados)**

**7** – Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas. **(Não cumprida e em retrocesso)**

**8** – Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, para alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo, para as populações do campo, de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros. **(Não cumprida e em retrocesso)**

**9** – Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015; erradicar o analfabetismo absoluto; e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. **(Não cumprida e em retrocesso)**

**10** – Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos (EJA), nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. **(Não cumprida)**

**11** – Triplicar as matrículas da educação profissional técnica (EPT) de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão do segmento público. **(Parcialmente cumprida)**

**12** – Elevar a taxa bruta de matrícula (TBM) na educação superior para 50% e a taxa líquida de escolarização (TLE) para 33% da população de 18 a 24 anos, com expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público. **(Não cumprida e em retrocesso)**

**13** – Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente para 75%, com, no mínimo, 35% de doutores. **(Parcialmente cumprida e com lacuna de dados)**

**14** – Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, para atingir 60 mil títulos/ano no mestrado e 25 mil/ano no doutorado. **(Não cumprida e em retrocesso)**

**15** – Garantir, em regime de colaboração dos entes federativos, que os professores de educação básica possuam formação específica de nível superior. **(Não cumprida)**

**16** – Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica e garantir formação continuada para 100%. **(Parcialmente cumprida e com lacuna de dados)**

**17** – Valorizar profissionais das redes públicas de educação básica, com equiparação do rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente até 2020. **(Não cumprida e em retrocesso)**

**18** – Assegurar, em dois anos, planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior públicas. Para os profissionais da educação básica, adotar como referência o Piso Salarial Nacional Profissional. **(Não cumprida, em retrocesso e com lacuna de dados)**

**19** – Assegurar, em dois anos, as condições para uma gestão democrática da educação nas escolas públicas. **(Não cumprida, em retrocesso e com lacuna de dados)**

**20** – Ampliar o investimento em educação pública para o mínimo de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano da lei (que instituiu o PNE) e para 10% no final do decênio (2024). **(Não cumprida e em retrocesso)**

## Mas se o cenário atual não é nada animador, o que vem pela frente?



Foto: Acervo Pessoal/Divulgação

Angelita Lucas, do Comitê Gaúcho da CNDE

A construção do novo PNE 2024-2034 já está começando. O Fórum Nacional de Educação no mês de julho divulgou o regimento geral e

as orientações para a organização das etapas estadual e municipal. O calendário prevê que as cidades promovam suas conferências até 29 de outubro e o estado, até 19 de novembro. A etapa nacional está marcada de 28 a 31 de janeiro.

Para que o futuro seja diferente, a representante do Comitê Gaúcho da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) Angelita Lucas defende que a primeira ação seja a revogação do teto de gastos para a educação.

“Porque o último PNE tinha tudo para ser implementado, mas esbarrou pela falta de insumos para alcançar a qualidade”, analisa. “Caso contrário, será de novo uma carta de intenções”, alerta.

Angelita, ainda, destaca a falta de participação da sociedade nas cobranças das metas e na participação dos debates sobre qual educação o país quer.

Mas a educadora também pondera que a população se sente desanimada, pois não há cumprimento das políticas públicas que deveriam fazer parte de plano de Estado e não de um partido, sujeito à mudança quando há troca de governo.

“A sociedade precisa ter o retorno deste debate que ela fez, de ele estar implementado de forma efetiva”, defende.

Grabowski lembra que a Constituição Federal determina que a educação é responsabilidade do Estado, da sociedade e da família.

“Inclusive as universidades, a imprensa. Ninguém ficou cobrando isso. Então todos são responsáveis, pois o PNE foi aprovado por unanimidade”, reflete.

Por fim, Ana vê a retomada das conferências e as avaliações sobre os motivos que deram errado no PNE atual como uma grande oportunidade para um plano melhor, que realmente seja cumprido. Ela ressalta que os educadores tinham esperança que houvesse pequenos e grandes avanços em nível de educação básica, o que não aconteceu. “Agora, temos uma nova chance, uma nova oportunidade para chamar os três entes da federação para que cumpram a lei e não passem vergonha novamente”, finaliza.

# A Reforma Tributária que foi deixada para trás

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (esq.), e da Câmara, Arthur Lira (dir.), com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (ao centro), durante seminário sobre a Reforma Tributária, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília

por Fernanda Simoneto

*Mudança na tributação sobre consumo no país foi aprovada em julho pela Câmara dos Deputados. Mas a reforma parou aí: alterações nos impostos sobre renda e patrimônio, avaliadas como centrais para a correção do sistema tributário do país, ficaram para o retorno do recesso parlamentar e não têm garantia de que sairão do papel*

**P**arada na Câmara dos Deputados há mais de 30 anos, a pauta da Reforma Tributária foi abraçada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao assumir o cargo em janeiro de 2023. O ex-prefeito de São Paulo chamou Bernard Appy para assumir o cargo de secretário extraordinário para Reforma Tributária, criado especialmente para o economista, que trabalhava no tema desde o segundo mandato de Lula, ainda em 2008. Quatorze anos depois, Appy voltou a Brasília – e concluiu parte da missão. Em julho, o governo conseguiu a aprovação, com ampla maioria, de um projeto de reformulação dos impostos sobre consumo. Uma vitória importante para o primeiro semestre após o retorno do PT ao poder, mas incompleta. Para uma segunda fase, ficou aquilo que economistas consideram o flagelo central do sistema tributário brasileiro: as taxações sobre renda e patrimônio.

## ECONOMIA

“A Reforma Tributária sobre consumo é importante, mas não é o mais urgente, porque não altera a regressividade tributária”, afirma Rosa Chieza, professora de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membro do Instituto de Justiça Fiscal (IJF).

O artigo 18 da PEC 45/2019, aprovada por deputados federais em julho, determinou que, dentro do período de 180 dias após a promulgação do texto do projeto, o Poder Executivo deve encaminhar projeto de lei que promova mudanças sobre a tributação de renda no país. Em entrevista ao *Extra Classe*, o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do Grupo de Trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional, afirmou que o próximo passo “vai depender de alinhamento político”, e não garantiu que o projeto fosse enviado no prazo pretendido por Haddad.

O que ocorreu no final de agos-

to, junto com a Medida Provisória (MP) que corrigiu o valor do salário mínimo e a tabela do IR – a isenção passou a ser para quem ganha até R\$ 2.640 –, foi o envio da medida para taxação dos fundos exclusivos, aqueles que contam com um único cotista. Até então, os chamados fundos dos “super-ricos” que têm apenas 2,5 mil acionistas no país e somam patrimônio de R\$ 756,8 bilhões, eram taxados somente no momento do resgate. Com a mudança, devem ser tributados duas vezes ao ano, com uma alíquota de 15% a 20%. A intenção é injetar mais dinheiro no orçamento, já que a ampliação da faixa de isenção do IR irá retirar R\$ 3,2 bilhões da conta em 2023. Além disso, o Executivo também enviou um projeto de lei para taxação dos offshores, que são empresas abertas fora do país de residência, geralmente em lugares onde a tributação é reduzida.



Foto: Roque Sá/Agência Senado

Expectativa do governo é de que, após aprovação no Senado, as novas normas entrem em vigor até o final do ano, com mudanças progressivas até a plena implementação em 2032

**CONSUMO** – Até agora, as alterações aprovadas incluem mudanças na taxação sobre o consumo. A PEC simplificou tudo aquilo que incide sobre o que o cidadão compra, desde leite, feijão, arroz, pão, até roupas e materiais para construção civil, por exemplo. A principal mudança é a unificação de tributos federais, estaduais e municipais, que busca resolver a sopa de letrinhas (e de números) que vigora no país.

No modelo atual, sobre cada produto comprado no Brasil incidem três impostos federais (IPI, PIS

e COFINS), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS). A nova proposta cria o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual. Uma parte será destinada à União, chamada de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e a outra destinada a estados e municípios, nomeada de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além de criar impostos seletivos. O texto seguiu para aprovação no Senado, e a expectativa é de que entre em vigor até o final do ano, com mudanças progressivas até a plena implementação em 2032.

## Os mais pobres continuam pagando mais...

Apesar de resolver um importante problema da tributação no país, a primeira etapa da Reforma Tributária deixa de fora mudanças sobre renda e patrimônio, responsáveis pela geração de desigualdades históricas no país. “O problema da tributação no Brasil é o excesso de incidência sobre o consumo, e pouca incidência sobre renda e propriedade”, alerta Chieza. Na prática, isso significa que o país, historicamente, optou por impostos que afetam igualmente toda a população, sem distinção de renda – proporcionalmente, são os mais pobres que pa-

gam mais impostos. É o chamado sistema tributário regressivo.

Dados divulgados pela Receita Federal indicam que, em 2020, no Brasil, os impostos sobre bens e consumo representavam cerca de 44% do total da arrecadação no país, enquanto a média para os países-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, também chamada de “clube dos países ricos”) era de 31,5%. Enquanto isso, a taxação de rendas, lucros e dividendos tem relação inversa: a contribuição em comparação ao total arrecadado nos países-mem-

bro da OCDE tinha média de 39,1%. No Brasil, ficava em 28,8%. Em outras palavras: de cada 100 reais arrecadados com impostos, 44 vêm das compras diárias da população, e menos de 29 vêm de taxações sobre a renda.

Um cidadão cuja renda é de três salários mínimos, por exemplo, destina a maior parte do orçamento – quando não a integralidade dele – para pagar as contas de alimentação, água, gás, etc. Em paralelo a isso, pessoas com renda de trinta salários mínimos raramente vão destinar 100% da sua renda para compras no super-

mercado e gastos domésticos, justamente por terem um orçamento maior. Uma vez que a tributação no Brasil incide principalmente sobre o consumo, o cálculo da carga tributária (tudo que se paga sobre tudo que se ganha) dos mais pobres é maior.

A questão, portanto, seria reequilibrar o orçamento do país. “O conflito é a respeito de quem vai financiar o fundo público e sobre quem vai recair o ônus da tributação”, explica Evilásio Salvador, doutor em Políticas Sociais e professor da Universidade de Brasília (UnB).

## ... e os mais ricos esbanjam isenções

Uma das pontas que ficaram soltas na primeira etapa da Reforma é a correção da Lei nº 9.249, uma herança do início do mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Na ocasião, o Brasil acabou com a taxação de lucros e dividendos para pessoas físicas no país – uma mudança que, três décadas mais tarde, segue vigente e provocando críticas de especialistas e políticos.

“É imoral alguém receber lucros e dividendos e não pagar Imposto

de Renda, enquanto quem ganha 1,5 salário mínimo está pagando”, argumenta o deputado Reginaldo Lopes. Atualmente, Brasil e Estônia são os únicos países do mundo que ainda isentam essa forma de renda. Por aqui, esses valores representam 36% do total de isenções do sistema tributário brasileiro. “É algo que fere o princípio da isonomia, porque trata as pessoas de forma desigual. Fere também o princípio da generalidade, porque está isentando a renda do capital

e não isentou a renda do trabalho”, critica Rosa Chieza.

Em 2021, o total de lucros e dividendos declarados para a Receita atingiu o valor de R\$ 555,7 bilhões – cerca de 74% desse total, um montante que supera os R\$ 410 bilhões, ficou nas mãos do 1% mais rico da população.

E, quanto mais se sobe na pirâmide da renda, mais isenções parecem estar à disposição dentro do sistema em vigor atualmente: o 0,01% mais rico do país tem

95% de suas rendas não tributadas ou submetidas a regimes especiais. Trata-se de um grupo de apenas 2.342 pessoas, cuja renda média anual varia de R\$ 20 milhões a R\$ 22 bilhões.

“Ao aumentar a arrecadação de lucros e dividendos e fundos exclusivos, você passa a ter condições de aumentar a isenção do Imposto de Renda para Pessoa Física, o IRPF”, afirma Reginaldo Lopes. Essa, aliás, foi uma das bandeiras de campanha do pre-

sidente Lula: aumentar a faixa de isenção para R\$ 5 mil, um compromisso que já havia sido feito pelo antecessor, Jair Bolsonaro, e que não foi colocado em prática nos quatro anos anteriores. Hoje, a isenção beneficia apenas quem ganha até R\$ 2.640,00 mensalmente. E a maior alíquota, de 27,5%, incide para quem ganha acima de R\$ 4.664,68. Foi um problema que se agravou ao longo das décadas: em 1996, a faixa de isenção cobria quem ganhava até oito salários mínimos, e hoje não chega a dois.

O IRPF, intocado na primeira fase da Reforma Tributária, prejudica quem ganha menos não apenas nas taxas sobre consumo: também é um sistema ineficiente em termos de política social, já que

faz o país arrecadar menos através do tributo sobre a renda. Enquanto a alíquota máxima no Brasil fica em 27,5%, a média da América Latina está em 34,1%, e nos países da OCDE, chega a 44,6%. Colocando em termos simples: imagine que todo o PIB brasileiro pudesse ser concentrado em R\$ 100. Nesse universo, o que é arrecadado em Imposto de Renda no país representa apenas R\$ 2,14. Se esse mesmo cálculo é aplicado à média da OCDE, esse valor é quadruplicado, chegando a R\$ 8,55. Ou seja, ao tributar de maneira regressiva e desigual os brasileiros, o Estado abre mão de dinheiro que poderia financiar a saúde e a educação públicas – justamente políticas que beneficiariam os mais pobres (e mais taxados).

Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados



O deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) pontuou que a aprovação dessas mudanças depende de "capacidade de negociação e mediação", sem estabelecer um prazo para chegar lá

## O que vem agora

"Se o maior problema do sistema tributário é a regressividade, por que não começar combatendo isso?", questiona Evilásio Salvador, professor da UnB. Para ele, a explicação estaria na composição do Congresso Nacional, que impediu uma Reforma Tributária mais ambiciosa – e, talvez, barre as mudanças mais profundas que são prometidas para uma segunda fase. "A PEC 45/2019 é de uma organização da sociedade civil, fi-

nanciada por grandes empresas, e que tem seus representantes no Parlamento", explica. Mas para taxar lucros e dividendos e efetuar mudanças no IRPF, a história é outra. "Como sabemos, os trabalhadores, os mais pobres, não têm maioria parlamentar. Não têm força de pressão", afirma Salvador.

Tentativas de governos anteriores mofaram no Congresso Nacional. O projeto de lei 2337/2021 define alíquota de 15% para tribu-

tação de lucros e dividendos. Foi aprovada pela Câmara dos Deputados, mas aguarda, até hoje, apreciação do Senado.

Ao *Extra Classe*, o deputado federal Reginaldo Lopes pontuou que a aprovação dessas mudanças depende de "capacidade de negociação e mediação", sem estabelecer um prazo para chegar lá. "Deve ter alteração no Imposto de Renda de pessoa jurídica, não sei se teremos no de pessoa física.

Mas ainda não está tudo definido, estamos estudando as ações", explica Lopes. O parlamentar afirma que já existem projetos sobre renda e patrimônio na Câmara dos Deputados. A questão, para ele, é o que o Congresso vai escolher. "Para equilibrar regras primárias, nós vamos tirar os mais pobres do orçamento ou nós vamos colocar os mais ricos no sistema tributário?", indaga. A resposta deve ser conhecida nos próximos meses.

## Para quem é da capital Para quem é do interior



Obras em casa?



Sossego para estudar?



Nova orla do Guaíba?



Show e espetáculos?

25 apartamentos em Porto Alegre com preços mais baixos para associados do Sinpro/RS e descontos especiais para mensalistas. Quem é do interior aproveita o que tem de melhor na capital e fica muito bem acomodado. Quem é de Porto Alegre não passa aperto em casa porque sempre tem onde ficar. Seus parentes e amigos também são bem-vindos.

RESERVAS  
[casadoprofessor.sinprors.org.br](http://casadoprofessor.sinprors.org.br)

SINPRO/RS  
 Sindicato Cidadão

CASA do  
 PROFESSOR  
 Hotel

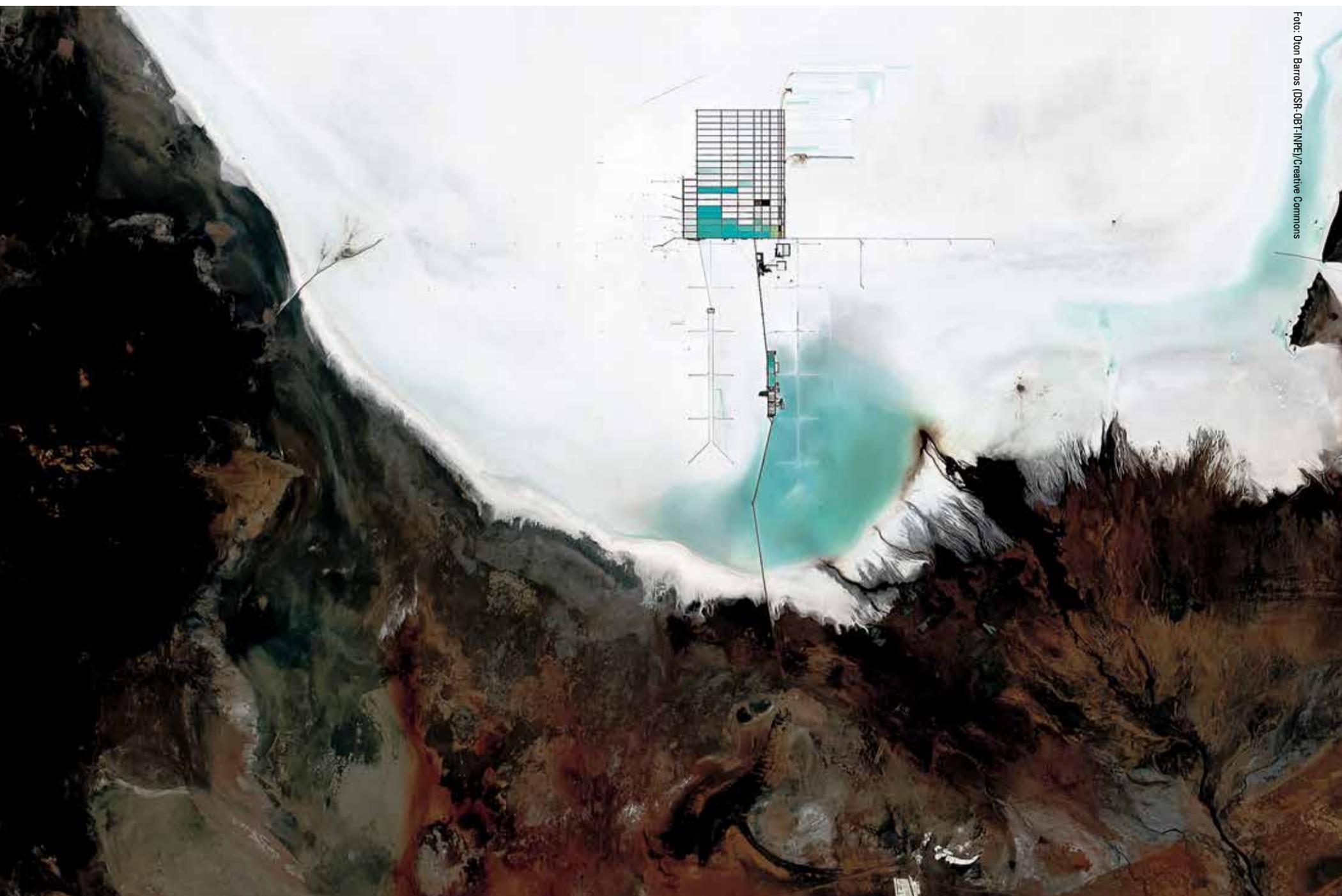


Foto: Otton Barros (ISR-051-INPE)/Creative Commons

Imagem captada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) da mina de lítio no deserto de sal de Uyuni (o maior do mundo, com 8.000 km<sup>2</sup>), na Bolívia. As piscinas para evaporação e concentração da salmoura, parte do processo de extração do lítio, aparecem em um padrão quadriculado.

# Lítio: “ouro branco” é fundamental para o futuro de uma Bolívia quase sem gás

por Maurício Brum

*Após quase duas décadas usando recursos do gás natural para bancar os programas sociais iniciados por Evo Morales, o país andino vê o recurso próximo do fim em um momento em que uma nova commodity se torna a bola da vez: o lítio, usado em baterias de carros elétricos. Com as maiores reservas do mundo, a Bolívia agora luta para extrair o recurso de forma eficiente – e o mais rápido possível*

No final de julho, o presidente Luis Arce, da Bolívia, fez um anúncio que deu esperanças ao país: segundo novas estimativas oficiais, a nação andina conta com reservas de lítio ainda maiores do que imaginava até então. Hoje, são pelo menos 23 milhões de toneladas da *commodity* já confirmadas em território boliviano, 2 milhões a mais do que na última contagem.

“Temos a maior reserva de lítio do mundo e precisamos saber como explorar isso de forma inteligente e transformar esse recurso”, bradou o mandatário – ciente da importância da matéria-prima, e também das dificuldades do país em aproveitá-la da melhor maneira.

Embora a Bolívia realmente seja a líder mundial em reservas, ela sequer pega pódio entre os maiores produtores do planeta, uma lista que conta com Austrália, Chile e China.

E extrair adequadamente o lítio, o “ouro branco” tão cobiçado para fabricar baterias em um mercado crescente de veículos elétricos, é fundamental para o governo conseguir manter seus programas sociais em dia: afinal, outro produto que hoje centraliza a pauta de exportação em La Paz, o gás natural, está muito próximo do fim.

De forma quase simultânea ao anúncio otimista de Arce, na mesma semana, um novo estudo mostrou que a Bolívia está vendo suas reservas de gás se esgotando rapidamente e, até 2030, deve inclusive se tornar importadora do produto.

Hoje, em função de uma queda na produtividade, o país já enfrenta uma redução das suas reservas internacionais de dólares, o que, no início do ano, chegou a provocar uma corrida ao sistema bancário por medo de uma iminente

crise cambial – que, no entanto, ainda não se confirmou.

A necessidade de encontrar um novo caminho, porém, é um fato inegável dentro e fora da Bolívia.

“Os governos do MAS (*Movimento ao Socialismo, partido de Evo Morales e Luis Arce*) enfrentam não apenas a urgência da geração de divisas por meio da exportação para garantir seu programa de cunho social, mas também a problemática da conservação de biomas e proteção de comunidades tradicionais, centrais como base de apoio popular em suas sucessivas vitórias eleitorais”, argumenta a doutora em Relações Internacionais Heloisa Gimenez, professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu (PR).

Até recentemente, o caminho escolhido pela Bolívia para aproveitar o recurso foi manter a exploração inteiramente nas mãos da

gestão pública, sob a batuta da estatal Reservas de Lítio Bolivianas (YLB, na sigla em espanhol).

O modelo, no entanto, revelou-se pouco eficiente: sem tecnologia ou recursos suficientes para avançar com a velocidade necessária, o governo Arce passou a procurar alternativas fora de suas fronteiras.

No início de 2023, a Bolívia, enfim, anunciou a assinatura de um convênio com grupos chineses para a instalação de duas fábricas nos desertos de sal de Coipasa e Uyuni, onde estão os depósitos do mineral: o objetivo é que, uma vez em plena operação (algo previsto para o próximo ano), cada planta seja capaz de produzir 25 mil toneladas de lítio por ano, uma revolução frente às 600 toneladas que a Bolívia conseguiu produzir por conta própria em 2022 – número que, mesmo modesto, já foi um recorde nacional.

## Equilíbrio diante da cobiça estrangeira

Luis Arce corre contra o tempo não somente porque o gás está acabando: sentado em riquezas capazes de ver a Bolívia virar uma espécie de “Arábia Saudita do lítio”, uma analogia ao que o petróleo fez para a economia da nação do Oriente Médio, o país sul-americano sabe que não faltam interessados em colocar as mãos no recurso que hoje ainda está pouco explorado.

“Politicamente, a situação da Bolívia é muito crítica. Lideranças ligadas ao MAS e o próprio Evo Morales já acusaram potências, em especial os Estados Unidos, de apoiarem o golpe de 2019 interessadas diretamente no domínio do lítio”, comenta a cientista social e economista Angelita Matos Souza, professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Rio Claro (SP).

Em 2019, após concorrer de forma controversa a um novo mandato consecutivo, Evo Morales teve sua vitória nas urnas questionada por mobilizações encabeçadas pela direita. Em pouco tempo, polícia e Forças Armadas se juntaram ao movimento, levando o presidente – que estava no cargo desde 2006 – a renunciar de ma-

neira forçada para tentar evitar derramamento de sangue.

Pouco depois, já com a Bolívia sob a gestão interina de Jeanine Áñez (hoje presa por seu envolvimento no golpe), o bilionário Elon Musk escreveu no X (antigo Twitter): “Vamos dar golpe em quem quisermos! Lidem com isso”.

Nunca ficou claro até que ponto Musk falava sério ou ironizava seus críticos, mas é certo que ele tem interesse íntimo na exploração do lítio: além de ter se tornado desde então o dono do próprio X, o oligarca ainda é proprietário da Tesla, uma das maiores empresas do mundo no setor de veículos elétricos, que dependem das baterias feitas a partir da matéria-prima para andar.

Antes mesmo de um possível efeito da ingerência norte-americana ser sentido na concessão do recurso, porém, o golpe acabou fracassando: um ano após a derubada de Evo, o MAS voltou ao poder com Arce sendo eleito democraticamente.

O resultado, agora, é uma política em que o Estado boliviano ainda tenta manter o controle sobre as jazidas, mas com o novo entendimento de que precisa do

know-how estrangeiro.

“Hoje, há uma disputa entre Estados Unidos e China, e também países europeus, por esse recurso. É algo que pode favorecer os países latino-americanos ricos em lítio, que podem jogar com essa concorrência”, entende Angelita. Por uma questão que também envolve a afinidade ideológica, a primeira opção da Bolívia para chegar lá foi se aproximar dos chineses.

Segundo os especialistas, uma das formas de tirar proveito da disputa estrangeira pelo lítio é exigir termos mais favoráveis nos acordos

para explorar as reservas: um negócio que passa pela transferência de tecnologia, modelo que, no médio prazo, daria autonomia ao país para fazer os processos de transformação da *commodity* em seu próprio território.

“Não adianta só exportar carbonato e hidróxido de lítio (*a matéria-prima extraída*). Se fizermos isso, vamos apenas reproduzir a velha estrutura da nossa região. É preciso modificar o cenário para entrar de vez na quarta revolução industrial. Não é à toa que, quando fez o anúncio do convênio, Luis Arce falou que começava a era



“Vamos dar golpe em quem quisermos! Lidem com isso”, publicou o bilionário Elon Musk em sua conta no X (antigo Twitter). Bolsonaro, enquanto presidente, ofereceu a Musk a exploração de nióbio, que foi recusada pelo empresário devido ao seu interesse principal pelo lítio

## ESPECIAL

da industrialização do lítio na Bolívia”, diz o doutor em Economia Política Internacional Bernardo Salgado Rodrigues, pesquisador

do Laboratório de Estudos de Hegemonia e Contra-hegemonia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em suas falas públicas, o presidente boliviano garante que, “até o primeiro trimestre de 2025”, o país deve começar a exportar

baterias de lítio feitas ali mesmo, dando um passo decisivo para se afastar da simples venda de matéria-prima.

## Brasil pode ter papel de mediação no novo mercado

Quando o assunto é lítio, a conversa dificilmente sai dos países com a Cordilheira dos Andes em seu horizonte. Pudera: estima-se que pelo menos 60% das reservas mundiais do recurso estão no chamado “Triângulo do Lítio”, composto pela própria Bolívia, que tem as maiores jazidas, pela Argentina e pelo Chile.

Isso não quer dizer, no entanto, que o Brasil necessariamente vai ficar alheio à nova realidade. Por um lado, o país também tem uma extração – modesta – do recurso, hoje conduzida pela iniciativa privada estrangeira no norte de Minas Gerais.

Por outro, a importância brasileira como liderança regional pode ser essencial para que as várias partes interessadas consigam chegar a consensos em bloco sobre como explorar e negociar o produto e seus derivados.

“O Brasil não pode interferir diretamente na condução do manejo do recurso pelos países do Triângulo do Lítio, mas pode, e faz sua defesa ampla pela integração regional e autonomia da região frente ao Norte Global – nem que seja de forma discursiva”, argumenta Heloisa Gimenez, professora da Unila.

Para os pesquisadores ouvidos pelo *Extra Classe*, o canal que poderia viabilizar essa nova realidade é a ressurgida União das Nações Sul-Americanas (Unasul), ór-



Arce e Lula discutiram agenda bilateral de integração física, hídrica e energética e de cooperação mútua durante a Cúpula do Brics, em Joanesburgo, na África do Sul, no dia 24 de agosto

gão multilateral deixado à míngua nos anos de Jair Bolsonaro e cuja importância vem sendo resgatada no primeiro ano do governo Lula.

“A Bolívia não teria condições de liderar um projeto de política integrada, mesmo tendo mais lítio. O Brasil é o país que pode e deve fazer isso, como já tenta fazer hoje em relação à preservação da Amazônia. E não precisa ser uma relação de subordinação e dependência, mas de integração”, defende Angelita Matos Souza.

Em qualquer cenário, a Bolívia e seus vizinhos sul-americanos es-

tão diante de uma janela de oportunidade para assumir um posto central na busca em andamento no mundo inteiro por encontrar uma alternativa aos combustíveis fósseis, um processo conhecido como “descarbonização”.

Essa janela, no entanto, não é infinita: hoje, o lítio é o futuro, mas pode continuar a ser por muito menos tempo do que se imagina. Analistas apontam que o ciclo das baterias tende a ser mais curto que o dos hidrocarbonetos, que há mais de um século movimentam o transporte terrestre, aéreo e marí-

timo em todo o mundo.

“Talvez daqui a 10 ou 20 anos não seja mais o lítio o responsável por essa transição energética: podem surgir baterias mais eficientes com outros materiais ou, quem sabe, vem o hidrogênio como a grande alternativa ‘verde’ viável”, argumenta Bernardo Rodrigues. “O que temos que fazer é buscar sementes de futuro. Precisamos modificar a estrutura que existe hoje e potencializar nossas indústrias para o mundo descarbonizado, independentemente da tecnologia que estiver na ordem do dia”, conclui.

**Dinheiro parado na conta não cresce.**

Descubra como investir para ver seu dinheiro crescer de verdade.

**Ingresse agora!**

[www.familiaprevidencia.com.br](http://www.familiaprevidencia.com.br)





# Ciência e escândalo

*É muito mais difícil matar um fantasma do que uma realidade.*

Virginia Woolf

Entre as muitas limitações presentes na formação cultural média do Brasil, destaca-se o baixo nível de informação sobre ciência. Os dados são estonteantes, e estudos internacionais já situaram o Brasil entre os países em que a percepção da realidade é mais distorcida. Pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), de 2021, mostrou que, para 54% dos jovens brasileiros (15 a 24 anos), os cientistas podem estar exagerando quanto aos efeitos das mudanças climáticas; outros 40% não concordam que os humanos evoluíram e descendem de outras espécies, e 25% entendem que vacinar crianças pode ser perigoso. Essa situação piorou muito nos últimos anos por conta do avanço do fundamentalismo religioso no Brasil e pelo negacionismo promovido pela extrema direita que ataca a ciência, desconstruindo o conhecimento histórico, amparando movimentos antivacina e sustentando que o aquecimento global é uma farsa.

A ignorância sobre a ciência está presente não apenas entre os menos letrados. Grande parte da elite nacional – políticos, operadores do direito, empresários, militares, lideranças sindicais, profissionais liberais, etc – desconhece o método científico e não faz ideia de como se produz o conhecimento que tornou possível a vida moderna. O período pandêmico, aliás, mostrou as graves limitações na formação científica de muitos médicos brasileiros, que estimularam o uso de medicamentos ineficazes para o tratamento da Covid, mesmo depois que estudos clínicos randomizados controlados já haviam evidenciado sua inutilidade e seus riscos. Nesse quadro, há espaço para todo o tipo de credice e superstição, um terreno fértil e muito lucrativo para a picaretagem.

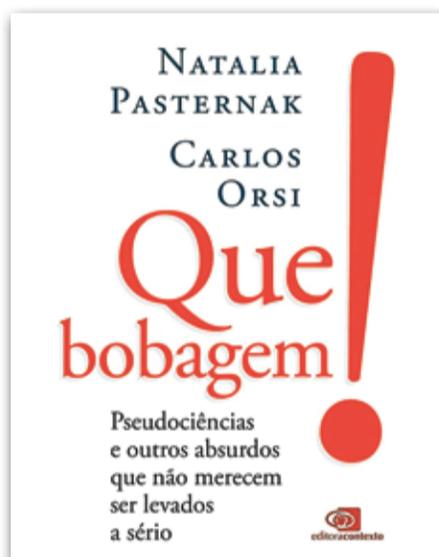
O problema, claro, não é apenas do Brasil. Em todo o mundo, há quem esteja disposto a acreditar em “memória da água”, em “cura pelas mãos”, em “abdução por alienígenas”, em parentes mortos que surgem em “campos quânticos de informação”, em “deuses astronautas” ou mesmo que a “Terra é plana”. Há os que acreditam em QAnon, a fantástica conspiração do “Estado profundo”; quem suspeita que uma vacina produzida na China possa introduzir um chip nas pessoas e ainda quem procure o apoio de discos voadores para seus objetivos golpistas. A irracionalidade contemporânea não é o mesmo que a loucura, mas será cada vez mais difícil separar os dois fenômenos sem a denúncia

da bobagem que se pretende passar por informação ou conhecimento.

Natalia Pasternak e Carlos Orsi lançaram, recentemente, *Que bobagem, pseudociência e outros absurdos que não merecem ser levados a sério* (Contexto, 336 p.), um livro que poderia promover ótimos debates, mas que tem produzido mais xingamentos do que argumentos. O trabalho analisa a base teórica e as evidências científicas a respeito de Astrologia, Homeopatia, Acupuntura, Medicina Tradicional Chinesa, Curas naturais, Curas energéticas, Reiki, Constelações familiares, Paranormalidade, Pensamento positivo, entre outros temas, sustentando que os alegados saberes dessas práticas ou perspectivas são insustentáveis diante da ciência, além de potencialmente danosos.

Cada uma das críticas feitas pelos autores pode e deve ser contestada, e a forma de fazê-lo em debates científicos é oferecer evidências mais fortes. Foi o que fez, por exemplo, o psicanalista Mário Eduardo Costa Pereira em debate com Carlos Orsi, promovido pela Unicamp. Ao contestar as críticas feitas no livro à Psicanálise, Pereira mostrou algumas evidências divulgadas em artigos publicados em revistas científicas de alta qualidade, como *Nature* e *Science*, que amparam determinados pressupostos freudianos. Seus argumentos não encerraram o debate, mas surpreenderam Carlos Orsi que desconhecia os artigos, o que deu ao psicanalista uma constrangedora vantagem.

Foto: Editora Contexto/Divulgação



A ciência depende desse tipo de debate, porque ela produz o conhecimento que, por definição, se sabe limitado. Morin talvez tenha produzido a melhor síntese a respeito dessa característica ao dizer que “a verdade científica é aquela que existe na temperatura de sua própria destruição”, porque ela será superada por novas e mais fortes evidências ou por outros paradigmas.

O debate científico, entretanto, é uma raridade no Brasil e é mais comum que livros que contestam credices produzam apenas escândalos e ranger de dentes. Mesmo nas nossas universidades, os espaços para o debate científico costumam ser estrangidos por estratégias de poder, o que talvez seja um problema mais sério nas ciências sociais, sendo comum a exclusão do pensamento divergente e a reprodução de pressupostos ideológicos sustentados frequentemente em nome do “pensamento crítico”. Há, inclusive, em determinados círculos acadêmicos, uma resistência à noção de “evidência”, um conceito não raro desprezado, como se fosse expressão “do positivismo”.

Nesse cenário, o livro de Pasternak e Orsi é muito bem-vindo e merece ser lido, independentemente das críticas que ele possa merecer. O que, é claro, não será a postura dos ideólogos e dos vendedores de ilusões que não leram e não gostaram. *Que bobagem...* é obra de divulgação científica que oferece, em linguagem acessível ao amplo público, explicações úteis a respeito do método científico e muitas informações valiosas que, de fato, desmontam algumas pretensões de verdade, as quais só sobrevivem no caldo esotérico de alucinações holísticas que elas próprias criaram.

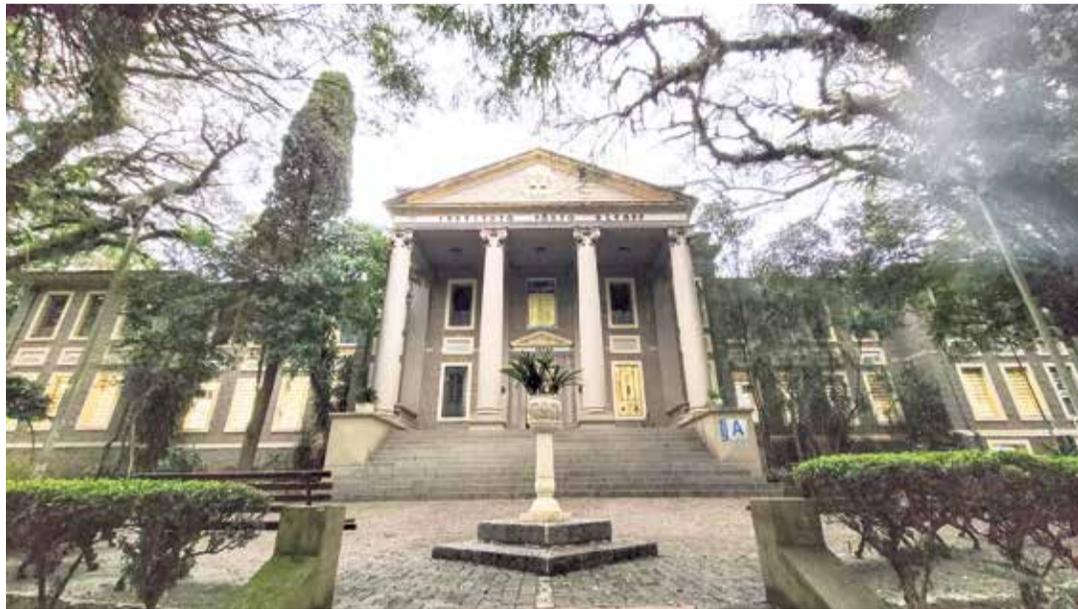
**Pode comparar! Até os nossos preços são melhores.**

Planos de saúde e odontológico disponíveis para sócios e dependentes. Faça uma simulação de valores e saiba mais em: [sinpro.rs.org.br/saude](http://sinpro.rs.org.br/saude) | 051 4009.2930 | [convenios@sinpro.rs.org.br](mailto:convenios@sinpro.rs.org.br)

Unimed | CCC Saúde | NatuEliero Farmacologia | UNIODONTO | sinprosaúde | SINPRO/RS Sindicato Cidadão

# IPA inicia encerramento das suas atividades no ano de seu centenário

*Professores fazem greve em protesto pelo atraso dos salários, ao passo que negativas ante o iminente fechamento do Centro Universitário revelam estratégia pelo adiamento do pagamento das verbas rescisórias*



por César Fraga

No ano em que comemorou seu centenário, o IPA, atualmente conhecido como Centro Universitário Metodista, enfrenta a mais profunda crise de sua história, com salários atrasados, imóveis leiloados, uma recuperação judicial em andamento e iminente fechamento – tese contestada pela instituição.

Soma-se a este quadro uma greve de professores. Em 22 de agosto, com mais de um mês de salários atrasados e convivendo com uma política de inadimplência salarial recorrente nos últimos anos, os docentes decidiram paralisar totalmente suas atividades.

A decisão pela greve foi tomada em assembleia do Sinpro/RS, com 94% dos votos dos participantes. E

veio motivada não só pela falta de pagamento de salários, mas também pela decisão, anunciada no dia 4 de agosto, pelos administradores, sediados em São Paulo, em descontinuar cursos e de transferir alunos para outras instituições de ensino superior, mas sem demitir os professores.

Os professores ficarão paralisados até a regularização dos salários pendentes e da definição das condições de rescisão contratual dos professores com carga horária zerada e/ou residual.

Sobre o possível fechamento, não faltaram relatos de docentes e estudantes que se consideraram desrespeitados e abandonados pela instituição (*leia matérias em [www.extraclasse.org.br](http://www.extraclasse.org.br)*).

O segundo semestre deste ano será o último e somente para alunos que estiverem concluindo suas graduações. Os demais foram orientados a buscar transferência para instituições como PUC e Ulbra.

Para evitar custos com verbas rescisórias, a Rede Metodista manteve os docentes com carga horária reduzida.

“Nós não temos dúvida. Trata-se do fechamento do IPA. O entendimento do Sindicato dos Professores é de que as recentes medidas tomadas pela instituição representam, efetivamente, o fechamento da instituição, independentemente do eufemismo que se use. Uma instituição que transfere seus estudantes, que são seu

principal ativo, para outras instituições só pode estar liquidando suas atividades. Isso não quer dizer que não possa retomar, voltar futuramente”, pondera Marcos Fuhr, da direção do Sinpro/RS.

Ao que tudo indica, segundo Fuhr, essa decisão é uma orientação da empresa de consultoria que está atuando na Recuperação Judicial, e que, aparentemente, fez uma opção pela manutenção de algumas instituições da Rede Metodista e encerramento de outras. “Infelizmente, sobre o IPA pesou a decisão de encerrar as atividades”, conclui.

Até o fechamento desta matéria, em 4 de setembro, os docentes permaneciam em greve e com os salários atrasados.

## Método de fechamento é padrão na Rede Metodista

O processo de encerramento das atividades do IPA vem repetindo os mesmos passos da Rede Metodista em outras de suas instituições.

Em fevereiro de 2021, a mantenedora anunciou o fechamento dos cursos de ensino superior em

três campi da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), de São Paulo. A justificativa dada foi a busca do equilíbrio financeiro e retomada do crescimento.

Os alunos receberam comunicados por e-mail informando a decisão e solicitando seu compa-

recimento à universidade para detalhar as “soluções alternativas”. O mesmo ocorreu com o tradicional e também centenário Colégio Bennett, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, em 2020.

Representantes da instituição disseram, em reunião com o

Sinpro/RS, que as justificativas apresentadas pela mantenedora são a falta de alunos e a dificuldade de reestruturação financeira. O IPA não estaria “conseguindo dar a volta por cima” e, por isso, a decisão de suspender suas atividades.

## O que diz a instituição

Após reiteradas tentativas do *Extra Classe* em conversar com a reitora do Centro Universitário, Vera Maciel, a assessoria se limi-

tou a reforçar que não se trata de fechamento, mas de uma “reestruturação financeira para não haver fechamento”. Informou, também,

que está sendo preparado um material para ser anunciado em outubro sobre como funcionará o “novo IPA”, após a “reestruturação dos

cursos deficitários”. De acordo com o IPA, foram “desmentidas” todas as matérias que “extraoficialmente” falaram sobre fechamento.

# Prêmio Educação RS: indicações se encerram no dia 24 de setembro

Professores e comunidade gaúcha em geral podem participar das indicações para a 26ª edição do Prêmio Educação RS, premiação que distingue anualmente profissionais, instituições e projetos comprometidos com o ensino de qualidade e a construção da cidadania no estado.

As indicações devem ser feitas até o dia 24 de setembro, em formulário próprio disponível no site do Prêmio (<https://premioeducacao.sinprors.org.br>), espaço que reúne, ainda, o Regulamento e o Edital da 26ª edição, bem como o histórico dos vencedores ao longo dos anos.

"Apesar das dificuldades, há profissionais e ações que fazem

a maior diferença no universo da educação privada e pública do Rio Grande do Sul", destaca Rodrigo Perla, diretor do Sinpro/RS e coordenador da premiação.

As indicações serão avaliadas por uma comissão, especialmente formada para esta edição e integrada por representantes de diversos setores da sociedade. Entre os critérios de avaliação, estão o compromisso com a educação de qualidade, o desenvolvimento da cidadania, o acesso da população à educação e ao conhecimento, a valorização dos princípios democráticos e a construção de uma sociedade menos desigual, o respeito à diversidade sociocultural e suas manifestações, a valoriza-

ção profissional, o respeito à legislação e condições adequadas de trabalho.

A escolha dos vencedores contará com o voto dos mais de 20 mil associados do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS), instituidor da premiação.

"O Prêmio Educação mobiliza milhares de pessoas em todo o estado", comemora Perla.

Os três vencedores desta edição serão homenageados no dia 20 de outubro, às 19h30, em cerimônia no Santander Cultural em Porto Alegre, com a entrega do troféu *Pena Libertária* (foto), criação do artista plástico Gustavo Nakle.

O Prêmio Educação RS se ca-



Foto: René Cabrales

acteriza por abranger amplamente a educação gaúcha, tanto da rede privada quanto da pública, a partir de indicações espontâneas da sociedade gaúcha.

## PAINEL

### Aposentadoria dos professores em foco

O Sindicato dos Professores (Sinpro/RS) e a Associação dos Professores Aposentados do RS (Apaepers) promovem painel virtual sobre a aposentadoria dos professores do ensino privado, no dia 21 de setembro, quinta-feira, às 19h30, com a participação de três advogados especialistas em direito previdenciário. A atividade será transmitida ao vivo pelo Canal do Sinpro/RS no Youtube.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no site do evento

(<https://eventos.sinprors.org.br/painelaposentadoria/>).

"Em nossas visitas às escolas de educação básica e de instituições de educação superior, percebemos que há muitas dúvidas dos professores em relação à aposentadoria depois da Reforma da Previdência", observa Erlon Schüller, diretor do Sinpro/RS. "A proposta deste painel vai ao encontro dessa demanda."

Serão realizadas duas mesas. Na primeira, as advogadas Alesandra Fogliato e Marcela Frare,

do escritório Cainelli Advogados, farão uma análise das modalidades de aposentadoria aplicadas aos professores da educação básica e da educação superior do ensino privado e as mudanças introduzidas pela Reforma da Previdência. Também, farão o detalhamento das modalidades mais relevantes, elucidando os critérios e as condições para cada uma, bem como apresentarão estratégias de antecipação dos benefícios.

A segunda mesa será voltada

aos professores já aposentados. O advogado Daisson Portanova, do Escritório Portanova Advogados Associados, falará sobre as revisões, teses e discussões acerca dos benefícios em geral e a situação dos professores em face da Revisão da Vida Toda, soma de salários em atividades concomitantes, os benefícios acidentários e a extinção do auxílio-acidente a ser somada quando da aposentadoria, e os efeitos da Reforma diante dos atuais benefícios.

## DIA DO PROFESSOR

### Sindicato promove confraternização em todo o estado

Uma série de atividades, promovida pelo Sinpro/RS em todo o estado, marcará as comemorações do Dia do Professor neste ano. Informações e ingressos devem ser solicitados junto às sedes das Regionais do Sindicato.

**BENTO GONÇALVES** – Dia 6/10, às 19h30, jantar, na Pizza Place.

**CARLOS BARBOSA** – Dia 11/10, às 19h30, jantar, na Pastta D'oro.

**FREDERICO WESTPHALEN** – 28/10, às 11h, almoço, no Ginásio da Comunidade do Bairro Aparecida.

**GUAPORÉ** – Dia 7/10, às 9h, café da manhã, no Vovó Chica.

**LAJEADO** – Dia 19/10, às 19h30, jantar festivo, na Churrascaria Boi e Brasa.

**PASSO FUNDO** – Dia 28/10, às 20h, jantar, no CTG Lalau Miranda.

**PORTO ALEGRE** – Dia 21/10, às 20h, jantar, na Sociedade Libanesa.

**SANTA MARIA** – Dia 17/10, às 20h, jantar-baile, na Churrascaria Boi Bom.

**SANTA ROSA** – Dia 17/11, às 20h, jantar, no The Black Bar.

**SÃO LEOPOLDO** – Dia 25/10 – às 20h, jantar, na Mega Pizza.

**VERANÓPOLIS** – Dia 10/11, às 19h30, jantar, na Bonato Pizzaria.

## Torneios esportivos

Em Porto Alegre e São Leopoldo, no dia 7 de outubro, ocorre o tradicionais Torneio Esportivo do Sinpro/RS, em comemoração ao Dia do Professor.

As inscrições para o torneio em São Leopoldo podem ser feitas por

e-mail ([saoleo@sinprors.org.br](mailto:saoleo@sinprors.org.br)). Os jogos ocorrerão no Parque Esportivo Colégio Pio XII, em Novo Hamburgo. Em Porto Alegre, as equipes podem fazer sua inscrição pelo site do torneio (<https://eventos.sinprors.org.br/torneio2023>). Os jogos acontecerão no Colégio La Salle São João, na capital.

# Medicina da Ulbra foi arrematada pelo maior credor

por Gilson Camargo

Em decisão publicada no dia 18 de agosto, o desembargador Niwton Carpes da Silva, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), determinou que o leilão do curso de Medicina da Ulbra (UPI Umesa), suspenso por uma decisão de primeira instância no final de julho, seja imediatamente retomado pela mantenedora da instituição de ensino. O magistrado autorizou a Aelbra a anunciar a proposta vencedora do certame.

Na decisão em face de um agravo de instrumento ajuizado pela Aelbra, Silva afirma que os trâmites da venda do curso de Medicina "não apresentam qualquer irregularidade" e, portanto, devem ser retomados.

A sentença confere efeito suspensivo à decisão anterior, que havia paralisado o leilão, diante

da tentativa de terceiros que "não se insurgiram no momento processual adequado", "extrapolam totalmente os limites do processo de recuperação judicial" e "mais servem para tumultuar o processo recuperacional", observou.

O cancelamento do leilão havia sido requerido pelo empresário José Fernando Pinto da Costa, controlador da Universidade Brasil e da Uniesp. Costa alegou o descumprimento de um acordo firmado em fevereiro de 2022 com a Rede Evolua, de Carlos Melke, a qual assumiu o controle da Aelbra em abril daquele ano.

As alegações foram acatadas pelo juiz substituto da 4ª Vara Cível de Canoas, Sandro Antônio da Silva, que determinou a suspensão do leilão e solicitou que o Ministério da Educação (MEC) se posicionasse sobre a legalidade da venda da faculdade. De acordo com o TJRS,



Campus da Ulbra em Canoas

essas medidas estão suspensas a partir da decisão de Niwton Silva.

Avaliada em cerca de R\$ 700 milhões, a faculdade de Medicina da Ulbra tinha como único interessado no momento da paralisação o Fundo Calêndula, vinculado ao Banco Master. O lance foi validado pelo Judiciário.

O desembargador acrescenta que "não há ilegalidade na arrematação da UPI Umesa por parte de um dos credores, no caso o

Fundo Calêndula, não havendo qualquer regra legal que proíba o próprio credor de pagar a arrematação mediante a utilização de seus próprios créditos".

Conforme a Aelbra, a Calêndula, seu maior credor, herdará somente um passivo superior a R\$ 2,5 bilhões, "restando a recuperanda com nenhuma outra dívida, além do passivo trabalhista, cujo pagamento já está devidamente encaminhado, e o passivo fiscal".

## SOLIDARIEDADE

# Professores Solidários aumentam doações para comunidades carentes

Mais de sete toneladas de alimentos. Essa foi a quantidade total de doações distribuídas pelo projeto Professores Solidários somente em 2023, além de roupas e utensílios domésticos.

O projeto, promovido pelo Sindicato dos Professores (Sinpro/RS), intensificou as entregas no primeiro semestre deste ano, alcançando comunidades carentes em todo o Rio Grande do Sul, com aporte financeiro realizado pela Associação de Ex-Docentes da Faculda-

de de Arquitetura de Porto Alegre UniRitter. Em 2023, o Professores Solidários tem se concentrado em comunidades quilombolas e indígenas do estado.

"Hoje, o Professores Solidários realiza um trabalho que foca nas necessidades de cada comunidade. Fazemos um levantamento junto aos líderes locais para entender as demandas e para que possamos contribuir da melhor forma possível", pontua Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS, uma das

coordenadoras do projeto.

Foi o caso do Quilombo dos Flores, que recebeu um freezer, o qual era a necessidade primordial da localidade. Do mesmo modo, professores do interior do estado receberam materiais de construção para recuperação de suas casas, atingidas pelo ciclone extratropical, em julho, além de doações de roupas e agasalhos para crianças e adultos.

Porém, apesar dos números que impressionam pela quantidade,

o Projeto tem recebido menos doações, o que preocupa a equipe que o coordena.

"De 2022 em diante, as doações vêm caindo consideravelmente. Não podemos deixar de atender aos pedidos que chegam. Essa ajuda, por vezes, é a única que essas comunidades recebem", explica Cecília. Ela pontua que a principal fonte do projeto é a doação espontânea da categoria.

Mais informações, no site do Sinpro/RS ([www.sinprors.org.br](http://www.sinprors.org.br)).

## APOSENTADORIA

por Daisson Portanova  
Advogado da Apaepers

# Aposentadorias dos professores concedidas de 2015 a 2019

É importante, quando do requerimento dos benefícios de aposentadoria, destacar e comprovar a condição de professor no exercício de magistério na educação básica, pois traz no seu bojo, ao menos entre o período de 2015 até a reforma do governo passado, a possibilidade de uma aposentadoria com a opção de não incidência do fator previdenciário.

A possibilidade se dá por uma regra que perdurou entre 2015 e 2019, pois havia a qualificação das aposentadorias por pontos e, no caso do professor, previa serem aditados cinco anos na soma da idade para apu-

ração dos pontos garantidores da não incidência do fator previdenciário.

É importante o professor identificar se a aposentadoria concedida pelo INSS se deu na condição de professor. Nesse caso, há certa presunção de que o INSS acresceu os cinco anos na idade; todavia, se a aposentadoria não é qualificada como de professor, a presunção é inversa, ou seja, não tenham sido aditados os cinco anos na concessão do benefício e é possível uma revisão da renda para aditar os cinco anos na idade, gerando, como consequência, a alteração do percentual do fator previdenciário ou exclusão da sua incidência.



# Inclusão é responsabilidade das escolas, reitera campanha do Sinpro/RS

por Gilson Camargo

O Setembro Verde, mês de mobilização pela inclusão social das pessoas com deficiência e da luta anticapacitista, será marcado pela campanha do Sinpro/RS para que as instituições de ensino deem condições aos professores de fazer um trabalho eficiente.

O Sindicato vem alertando que muitas direções de escolas não têm auxiliado na formação docente e na estrutura física e pessoal de apoio para que essa inclusão ocorra, de fato. De acordo com a entidade, isso aumenta a jornada de trabalho sem a devida remuneração e sobrecarrega os professores.

“A inclusão está por conta dos docentes, o que tem provocado cada vez mais a excessiva demanda de trabalho não remunerado na educação básica. As professoras e professores se desdobram para que as instituições possam afirmar que cumprem a Lei”, resalta Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS e coordenadora do Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP).

A inclusão de crianças com deficiência no sistema formal de ensino é regulamentada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Na prática, essa inclusão só acontece na maioria das escolas do ensino privado devido ao empenho da categoria, conforme vem denunciando o Sindicato nos últimos anos, a partir de relatos de professoras e professores ao NAP.

“O excesso de trabalho dos professores para o atendimento dos alunos com deficiência foi acrescido a uma sobrecarga que já existe, em relação à preparação de aulas, materiais, instrumentos de avaliação”, explica Cecília.

Em muitos casos, os docentes arcam até com os custos de materiais e equipamentos. É o que mostra a pesquisa *Realidade Docente do Ensino Básico 2022 – Trabalho Extraclasse*, que ocorreu em agosto pela consultoria FlamingoEDU.

Em novembro, durante o seminário *O trabalho do professor na inclusão*, realizado pelo Sinpro/RS, professores e especialistas aprovaram uma pauta de reivindicações que foi levada ao Sinepe/RS (sindicato das escolas privadas).

Na avaliação da categoria, a educação inclusiva vai muito além da matrícula na escola e é uma responsabilidade de toda a comunidade escolar. Esse entendimento pautou as negociações coletivas de 2023, quando foi criada uma comissão para estudos sobre a remuneração do trabalho docente na inclusão escolar.

“O Sinpro/RS reitera aos professores o compromisso de continuar lutando e atuando na cobrança do trabalho excessivo que tem adoecido a categoria. Vamos continuar sensibilizando o sindicato das escolas, as mantenedoras, as direções e as Promotorias Regionais de Educação. Essa situação de os professores terem esta jornada elástica de trabalho não pode continuar” alerta.

## PROFISSÃO PROFESSOR

### Educação a Distância na pauta da edição 2023

O Sinpro/RS retoma, em outubro, a realização do Seminário Profissão Professor.

A temática da edição 2023 será a realidade de trabalho dos professores na Educação a Distância

(EaD), com a previsão de participação de profissionais do Direito, dirigentes sindicais e especialistas da área. O evento tem data indicativa para 27 de outubro, sexta-feira.



Ficar na zona de conforto tem lá suas desculpas biológicas: os animais não foram feitos para gastar energia à toa. Fora o sexo, procurar comida e fugir de predadores, a tendência era descansar e guardar as reservas para sobreviver. Mas isso era bem antes, quando a comida não batia na nossa porta.

A falta de movimento é muito prejudicial à saúde. Atrofia muscular, doenças cardiovasculares, problemas metabólicos, entre outros, estão no preço do sedentarismo.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o país mais sedentário da América Latina e ocupa a quinta posição no ranking mundial. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 47% dos brasileiros são sedentários. Já entre os jovens, o número é maior e ainda mais alarmante: 84%.

#### É fato: somos feitos para o movimento.

A simples e trivial caminhada é uma atividade fácil, de baixo custo, relativamente segura e que pode ser realizada em praticamente qualquer lugar. Tem uma grande importância para o organismo e é, acima de tudo, cardioprotetora. Apostar nela pode trazer mudanças significativas no corpo e na mente.

Um novo estudo da Universidade de Massachusetts, nos Estados Unidos, concluiu que andar pelo menos 7 mil passos por dia reduziu de 50 a 70% a mortalidade por qualquer causa entre os mais de 2 mil norte-americanos de 38 a 50 anos avaliados.

#### Benefícios? Inúmeros! Veja alguns:

- Aumenta a sensação de bem-estar.
- Melhora a circulação sanguínea.
- Diminui os riscos de problemas cardíacos.
- Menos ansiedade e estresse.
- Auxilia no emagrecimento.
- Melhora o nível de condicionamento físico.
- Aumenta a imunidade do organismo.

Acabou de ler? Vá caminhar!  
Sinpro/RS oportunizando novos e saudáveis  
hábitos de vida! Venha com a gente!

MOVE – Grupo de Corrida e Caminhada (em Porto Alegre)  
<https://www.sinprors.org.br/saude/grupo-de-caminhada-e-corrída/>

Plataforma digital SOMOS MOVE – videoaulas de muitas atividades e físicas e treinos, receitas e planos alimentares. É livre e gratuita para os associados e dependentes. Acesse e faça seu cadastro.





Foto: Rafael Donatiello/Divulgação

Padre Júlio Lancellotti, Leonardo Boff e Eduardo Moreira na sede do ICL, em São Paulo

# Educação e informação que dão lucro

por Marcelo Mena Barreto

*Em uma época em que discursos de ódio e desinformação rendem muito dinheiro para canais de extrema direita via monetização de sites da internet, uma instituição privada com princípios humanistas e progressistas, o Instituto Conhecimento Liberta (ICL), completou três anos de existência desafiando a nova lógica das redes*

**A**ulas abertas com renomados pensadores, registrando entre 25 mil e 45 mil acessos simultâneos e que já foram assistidas por mais de 5 milhões de pessoas; 40 mil alunos pagantes e 25 mil bolsistas integrais oriundos de movimentos populares; mais de 210 cursos disponíveis aos assinantes.

Só esses números já dariam para impressionar, mas a plataforma de cursos livres do Instituto Conhecimento Liberta, o ICL, não para, nem pretende parar por aí. Depois de um ousado investimento em noticiosos via *streaming* lançado em maio de 2022 e que já bate recordes de audiência, deixando para trás Band News, CNN Brasil, Jovem Pan, Record e UOL, já há espaço para sonhar em voos maiores, como um curso de nível superior em Ciências Sociais para abrir as portas de uma série de pós-graduações na área.

“Nosso sonho também, além de expandir nossa plataforma para fora do Brasil e ainda mais os nossos projetos solidários com salas de estudo, é ter um espaço, uma concessão, uma TV aberta”, diz Rafael Donatiello, cofundador do ICL, ao lado do economista Eduardo Moreira.

Engenheiro de formação, com larga experiência em Marketing Digital, Donatiello é o responsável pela administração do dia a dia da empresa que – não esconde – tem fins lucrativos e um faturamento estimado em R\$ 35 milhões por ano.

Se a posição dele na organização equivale a, na linguagem corporativa, um CEO (diretor executivo), seu sócio, Moreira, faz a função de chairman, presidente do Conselho de Administração.

Só que, no caso do ICL, o Conselho de Administração foge à regra de outras empresas privadas.

No lugar de experientes, frios e bem remunerados homens de negócios, entusiasmados intelectuais e ativistas de pensamento progressista se dedicam, de forma voluntária, para ajudar nos rumos da iniciativa.

A possível exceção, João Paulo Pacífico, não foge à regra do Conselho que foge à regra. Após ter feito fortuna no mercado financeiro, ao dizer que já teria acumulado muito patrimônio em sua vida e chegado a um momento em que não faz sentido ter mais dinheiro, ele decidiu doar sua empresa para transformá-la em uma ONG de impacto social.

O teólogo e filósofo Leonardo Boff, que tem assento ao lado de Pacífico no conselho do ICL, não mede elogios à plataforma.

“Eu apoio a iniciativa porque ela é libertadora, porque é revolucionária. Ela realiza aquilo que é o ideal dos iluministas: colocar todo o conhecimento possível na enciclopédia para todo o povo”, reflete, ao destacar o que considera valores irrisórios.

Boff ainda lembra a abertura que a plataforma dá aos diversos níveis de saber que existem hoje.

“Cobre todos os campos da realidade sobre a qual há diferentes ciências de uma forma extraordinária, cuidadosa, sempre escolhendo as melhores cabeças para fornecer as aulas”, afirma.

Além de Pacífico e Boff, o conselho do ICL conta com a diretora da Oxfam Brasil, Katia Maia, o coordenador da Educafro, Frei David dos Santos, o escritor, professor e ativista indígena Daniel Munduruku, a jornalista Heloísa Villela, o professor de História Contemporânea na PUC-Campinas Lindener Pareto e o sociólogo e pesquisador Jessé Souza.

Formada em 2020, resultado de uma espécie de fusão da agência R2 Marketing Digital, de Donatiello, com a Insight Trading Tips Consultoria Empresarial, de Moreira, a empresa já estava indo muito bem com o *Investidor Mestre*, seu único curso até então, criado pelo banqueiro, antes mesmo do surgimento do ICL para educação financeira.

Foi aí que, na metade do ano, os empreendedores, com o objeti-

vo de fazer um projeto que fosse ainda mais acessível, que democratizasse o ensino e que desenvolvesse as pessoas em outros campos, iniciaram conversas com Jessé Souza e outras personalidades do mundo acadêmico, como o ex-ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, a jurista Gisele Cittadino e Leonardo Boff.

Donatiello recorda que, com a decisão tomada de implementar a plataforma, Souza cravou: “Vamos desenvolver então um projeto que vai ser responsável pelo desenvolvimento integral humano, que tem três pilares: o Cultural, o Espiritual e o Profissional”.

Assim, no âmbito cultural, a proposição do ICL é conhecer e compreender a jornada da humanidade como sociedade para transformá-la; no espiritual, fortalecer aquilo que sustenta essa caminhada e, por final, no profissional, oferecer o aprendizado das ferramentas mais importantes do mercado de trabalho para aumentar a empregabilidade, a remuneração e acelerar a evolução nas carreiras.

Agora, Jessé está no papel de

reitor do ICL. Ele recorda que tudo ainda retroage ao ano de 2018, quando conheceu Eduardo Moreira. “A gente conversou bastante sobre os desafios para o país”, diz.

Uma indagação, portanto, já pairava no ar e está na frase do sociólogo que sintetizou os encontros com o economista: “Como é que a gente vai restituir a inteligência roubada do povo brasileiro?”.

Três anos após o lançamento da plataforma, mais um passo é dado. Já está no Ministério da Educação (MEC) uma solicitação para que o ICL instaure um curso de graduação híbrido de Ciências Sociais.

A partir disso, explica Souza, “nossa ideia é construir uma gama de especializações que possam habilitar as pessoas a entender mudança climática, racismo, como se cria a desigualdade, como se ganha, como se é menos penalizado pelo mercado financeiro, como é que você pode gerir melhor sua vida, enfim, uma série de temas que têm a ver com um dos aspectos do tripé do ICL, que é um conceito de construir uma concepção crítica para uma sociedade progressista, avançada, igualitária”, completa.

## Modelo solidário de negócio

Além dos pilares, três premissas também foram elencadas para o sucesso da plataforma, de acordo com Donatiello.

“A premissa número um é que ela deveria custar menos de R\$ 50. Ou seja, menos de 1% do que custa uma universidade de ponta, com o mesmo nível de professores. A segunda, é que o professor deve ganhar até dez vezes mais. Então, naquele momento, os professores, por hora-aula, estavam ganhando R\$ 50, R\$ 70 e nós decidimos pagar de R\$ 500 a R\$ 700 a hora-aula”, informa.

Uma coisa é óbvia. Não são só os valores que atraem, entre outros, docentes como Miguel Nicolelis, Marilena Chauí, a filósofa norte-americana Nancy Fraser, o sociólogo alemão Wolfgang Schluchter e Noam Chomsky, considerado pelo *The New York Times* o mais importante intelectual vivo no mundo.

A terceira premissa previa pelo menos 2 mil alunos para o projeto funcionar e foi batida no segundo dia após o lançamento.

“Foram 3 mil alunos. No primeiro mês, mais de 5 mil alunos. Então, deu certo, né?”, comemora.

Hoje, entre os 65 mil alunos inscritos na plataforma, a iniciativa do ICL conta com assinantes em 61 países aptos a acessar seus cursos, que vão do ensino de Idiomas (inglês, chinês, francês, espanhol, italiano, alemão e japonês), Excel, História, Filosofia, Educação Financeira, Negócios, entre outros.

Os valores, conforme uma brincadeira interna no ICL, custam menos do que um sanduíche. São mensalidades de R\$ 47 no Plano Essencial e R\$ 62 no Solidário, que leva esse nome porque garante bolsas integrais para alu-

nos sem condições financeiras, os quais hoje somam 25 mil.

Para a distribuição das bolsas, há uma rede de parceiros afinada com os seus propósitos. São mais de 60 instituições, como Educafro, UNE, CUT, MST, Instituto Padre Jósimo e Rede da Maré.

Todas estão entusiasmadas com o sucesso alcançado; com as ações sociais como a instalação de salas de aula para populares, como o projeto-piloto iniciado com o padre Júlio Lancellotti, que trabalha com a população de rua de São Paulo, entre outras.

## Notícia sem rabo preso

Outra ação, em especial, tem se destacado ultimamente: os investimentos feitos em noticiosos via *streaming*.

Inserido na lógica de intervenção no espaço público, está o ICL Notícias, que começou com uma edição das segundas às sextas-feiras, no período da manhã em maio de 2022, já conta com uma segunda

edição, das 19 às 20 horas, e o Desperta ICL, das 7 às 8 nas manhãs.

A independência da programação, sem propagandas e patrocinador, trouxe outro seleto grupo de profissionais para gravitar em torno do ICL.

São profissionais da imprensa como Xico Sá, Cristina Serra, Juca Kfoury, Jamil Chade, Chico Pinhei-

ro e Leandro Demori.

A audiência da programação do ICL já ultrapassa 20 milhões de visualizações por mês no Youtube e sem o mecanismo de monetização ativado. Isso, destaca o CEO do ICL, é para que haja total independência e que não seja permitida a promoção de empresas e produtos que não estejam dentro

dos princípios da organização.

“Com isso, somos o maior canal de notícias em audiência do mundo sem patrocínio, sem monetização, sem investidores e sem rabo preso. Lembrando que, com monetização ativa, sem dúvida, nossos vídeos seriam mais sugeridos ao público e isso aumentaria a visualização”, completa Donatiello.



Foto: Edvan da Rosa/Divulgação Feira do Livro

# Arte<sup>+</sup>

## A odisseia de Tabajara Ruas

por Marcelo Menna Barreto

“Eu queria ver se descansava um pouco, mas a Lúcia Walper, minha esposa, não para de trabalhar. Ela está sempre me trazendo alguma coisa”, resume, divertidamente, Tabajara Ruas ao ser indagado sobre seus projetos futuros.

Aos 81 anos de idade, o patrono da 69ª Feira do Livro de Porto Alegre também responde aos que afirmam que a homenagem deveria ter vindo antes: “Nossa, eu acho que a feira tem o andamento dela mesmo, né? A velocidade dela, eu acho que chegou numa hora boa. Pode ter certeza”.

Com um livro para ser lançado na Feira e dois filmes em finalização para o próximo ano, só uma coisa tira ultimamente o humor de Tabá, como também é conhecido por quem tem intimidade com o escritor, roteirista, diretor e cineasta premiado nacionalmente.

São os pequenos lapsos de memória – cada vez menos frequentes, diga-se – que foram deixados pela covid-19.

“No meu caso foi muito abrupto, porque depois dessa p\* dessa pandemia aí, me deu um apagão muito forte, muito violento”, diz ao deixar claro que não se incomoda de que isso fique registrado por *Extra Classe*.

O incômodo é mais do que justificado para quem, em especial, tem em sua obra temas históricos épicos, como *Os varões assinalados – Um romance de cavalaria*, que narra o desafio dos gaúchos ao Império brasileiro, com a fundação da República do Piratini, e *Netto Perde sua Alma*.

A adaptação para o cinema da história do general que é ferido em combate na Guerra do Paraguai e se recupera no Hospital Militar de Corrientes, Argentina, ainda pode ser considerada o ápice de Tabajara na sétima arte. Pelo menos até o momento.

Não é para menos. Somente no principal festival de cinema do Brasil, o de Gramado, o filme levou quatro Kikitos de Ouro: Montagem, Trilha Sonora, o Prêmio Especial do Júri e o Prêmio do Júri Popular.

### Uma vida épica, de golpe em golpe

A vida de Marcelino Tabajara Gutierrez Ruas, o seu nome completo, por si só daria conta de um enredo tão complexo e épico quanto os de sua produção artística.

Ele chegou a iniciar sua graduação em Arquitetura na Universidade Federal do Rio Grande do

Sul (Ufrgs), mas teve que a concluir na Dinamarca por ter entrado na mira da repressão da ditadura cívico-militar brasileira.

“Eu estava no quarto ano de Arquitetura e era, vamos dizer assim, simpatizante da Ação Popular. Não que eu fosse muito

católico, mas era o que tinha lá”, lembra, ao divertir-se com as origens do movimento que surgiu como resultado da Juventude Universitária Católica (JUC) e de outras entidades da Ação Católica Brasileira, em 1962, e que passou a ser uma das linhas de frente de

resistência ao regime.

Ao todo, foram dez anos de exílio, de 1971 a 1981, que, de certa forma, retrataram os tempos bicudos que pairavam sobre a América Latina.

A primeira escala do exilado político Tabajara Ruas foi no Uru-

guai, em passagem para o Chile, de Salvador Allende.

Ela se encerrou na Embaixada da Argentina ao lado de milhares

que se refugiaram do sangrento golpe do general Augusto Pinochet, em 1973.

Foi da Argentina o pulo para

a Europa. "Fiquei em Buenos Aires um ano e pouco, quando aí o pessoal da ONU começou a fazer uma percorrida entre os refugia-

dos para ver para onde as pessoas queriam ir, porque o golpe na Argentina se aproximava", recorda.

## Da arquitetura ao cinema

Na Dinamarca, Tabajara Ruas concluiu seu curso de Arquitetura em Copenhague, na Real Academia Dinamarquesa de Belas Artes.

Após, a concretização de um sonho antigo: estudar cinema. Foram seis meses em Vejle, atualmente conhecida como a cidade que tem a arquitetura mais fascinante da Dinamarca.

"Era uma escola, assim, tipo

rural; uma escola pequena, mas muito bem apoiada, com muitas especializações e muito bem frequentada. A escola de cinema de Vejle até hoje existe e é bem importante", relembra.

Na arquitetura, praticamente toda a vida profissional de Tabajara Ruas foi exercida em São Tomé e Príncipe. "Assim que eu terminei o curso lá em Copenha-

gue, surgiram vários convites para ir para cá e para lá e tal."

No país insular que fica no Golfo da Guiné, Tabajara Ruas trabalhou por dois anos basicamente em reformas e pequenos projetos, "dentro da simplicidade das pessoas de lá".

Porém, um projeto que o orgulha, apesar de ainda não ter saído do papel por falta de recursos, foi

o de um centro cultural na capital, São Tomé.

"Tenho orgulho, sim. É um projeto muito grande, muito completo. Todo equipado, com salas de aula, espaço para conferência, essas coisas todas, assim. Tudo trabalhinho e desenhado. Infelizmente, ainda estão há quase 50 anos esperando que saiam os cobres para que ele seja feito", lamenta.

## Arquitetando tramas e personagens

Foi em Portugal que Tabajara Ruas deixa de lado os traçados que ganham forma em tijolos, cimento e concreto e passa a arquitetar tramas e personagens literários.

Lá, na terra de Camões e Pessoa, exerce a função de roteirista e lança, em 1978, *A Região Submersa*, seu romance de estreia.

Com um enredo policial, que fez sucesso na crítica portuguesa e dinamarquesa, a obra foi publicada inicialmente pela L&PM e chegou a

integrar a Coleção Negra, da Editora Record, ao lado de outros grandes autores do gênero *Noir*, como James Ellroy, Ross MacDonal, Ed Macbain e Elmore Leonard.

"Eu gosto de gênero. Então, eu trabalhei no gênero policial, trabalhei no gênero gauchesco, maneira de dizer. Minha escrita é basicamente uma vertente do histórico e do atual, assim, do contemporâneo. Eu vou de um para o outro", resume-se Tabajara Ruas.

Para ele, a vontade de escrever histórias, fazer narrativas vem de forma inata. "Tu não sabe, tu não pode definir, é um dos segredos, um dos grandes segredos das profissões. Eu acho que eu nasci com essa coisa aí. Desde criança, eu me lembro de estar fazendo pequenas anotações, observando pequenos detalhes daqui e dali e tal", sintetiza.

O patrono da Feira do Livro de Porto Alegre recorda o livro que o "encantou muito" na sua adoles-

cência: *O Tempo e o Vento*, de Erico Verissimo.

"É meio óbvio, mas é. Eu li esse livro sentado no portão de casa, lá em Uruguaiana, e parecia que eu estava vendo tudo aquilo acontecendo. Todas aquelas batalhas, aquelas escaramuças, aqueles duelos internos das famílias. Enfim, vendo a Bibiana na roca e aqueles fantasmas que andavam pelo casarão. É um universo muito, muito grande, muito rico, muito variado e muito marcante."

## Livro e filmes saindo do forno

Coincidências à parte, nesse momento da entrevista, começa, nas palavras de Tabajara Ruas, "uma tempestade terrível", em Florianópolis.

É de lá, na capital catarinense, onde o patrono da 69ª Feira do Livro de Porto Alegre reside com sua família há 30 anos, que se arquitetou o que pode ser considerado o lançamento do livro *Você*

*sabe de onde eu venho*, pela Editora AGE.

Mais uma narrativa épica de Tabajara Ruas, a obra chegou a ter uma edição em 1990 de apenas mil exemplares para a distribuição direta de um patrocinador e chegará, agora, às livrarias com partes reescritas.

Já os filmes, praticamente concluídos, informa Tabajara Ruas,

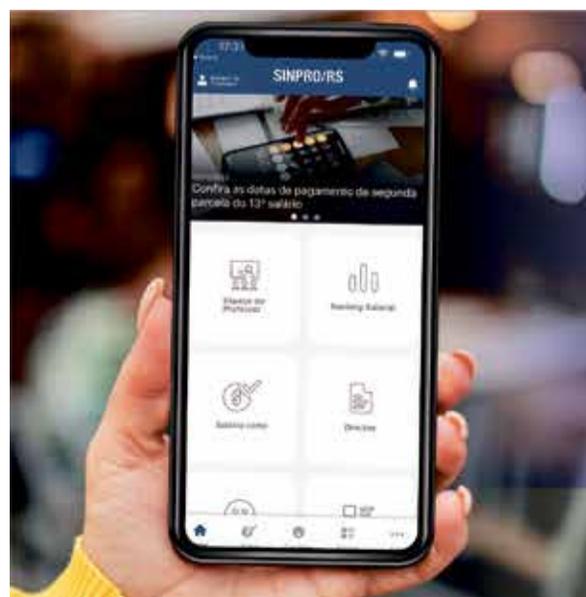
são *Edifício Bonfim* e *Perseguição e Cerco a Juvêncio Gutierrez*.

O primeiro, uma obra literalmente feita em família: do filho Tomás Walper Ruas e da esposa Ligia Walper, pela Walper Ruas Produções, uma história de terror.

*Perseguição e Cerco a Juvêncio Gutierrez* é a adaptação para as telonas do romance de Tabajara Ruas publicado pela L&PM e está

na lista dos trinta melhores romances brasileiros da conceituada revista literária *Rascunho*, organizada pelo escritor Luiz Ruffato.

"Já tem mais de 30 anos e as pessoas pediam muito por um filme. Está saindo e eu acho que ficou bem interessante", fala modestamente após exclamar: "Opaaa! Olha os relâmpagos; as trovoadas tão caindo a queixo".



**Dúvidas sobre seus direitos?  
Tá na mão, tá no App!**

Mais prático, completo e fácil de consultar.

Convenções e Acordos Coletivos de todos os níveis de ensino

Baixe ou atualize o seu

Download on the App Store

GET IT ON Google Play

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão



FRAGA

# Money, money

*E dizer que tudo começou com sal, lá entre os imperadores romanos e seus soldados*

“Palavras são moedas, com elas compramos pessoas.” Não sei quem disse, só sei que não topei fazer negócio a partir dessa premissa.

A aquisição de pessoas – seu corpo, sua alma, seu caráter, ou tudo junto – nem sempre foi fácil. Até o advento do pix (tetranelo do réis, bisneto do cruzeiro, neto do cruzado, enteado do real) nem todos eram tão acessíveis. Subornar ou ser subornado não pressupõe um balcão entre dois interessados no lance.

Já o facilitador pix é a corrupção pixelada, aquela que deixa quadriculadas as imagens dos participantes na negociata, a do corruptor e a do corrompido. O pix é a pax da maracutaia. Desconfio que até a Pixar foi paga com pix.

E dizer que tudo começou com sal, lá entre os imperadores romanos e seus soldados. Um costume tão antigo e ainda tão atual que até Salgado Filho, Plínio Salgado e Sebastião Salgado foram assalariados no início. O valor do salário era outro, claro. Aí inventaram um sobrenome pra ele e virou esse coitado que todo trabalhador conhece, o salário mínimo.

O problema são as moedas, que vivem mudando de nome. Elas confundem o poder aquisitivo do empregado e ampliam o poder inquisitivo do empregador: “Aumento?! Que aumento?!”

Daí ficam lançando dinheiro, que nem dinheiro é mais, é abstração



Ilustração: Rafael Sica

pura, que não dá pro gasto no buteco. Como as bitcoin, uma grana cibernética que dispensa maleta 007 e ajuda golpista a golpear uma barbaridade. As bitcoin são versáteis, com elas você compra desde um gigantesco balde de pipoca (a bitcorn) ou indeniza a esposa traída que te processou (a bitconje) ou investe em produções cinematográficas (a bitcohen).

Essas variáveis monetárias atrapalham muito as falcatruas, que são a base real da economia nacional. A economia, todos sabem, move fundos e fundos, enquanto a propina movimentando mundos e fundos. Por isso o pix surgiu: para nivelar as moedas corruptoras. É um exercício tão simples e prático que logo foi adotado para substituir o soldo daqueles que mais se exercitam na corrupção, o exército. E nisso foram capitaneados pelo capitão: ele ensinou que joias e rolex são sinônimos, logo são quase um pix. E uma junção de valores feita assim, com durepoxi cor de oliva, é para sempre.

Palavras são moedas, digo eu. Com elas, recheio espaço com assuntos que não me enchem os bolsos.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES





# A Cidadezinha Natal

*O verdadeiro negócio da dona Vicentina, e suas sobrinhas, acontece nos fundos da casa*

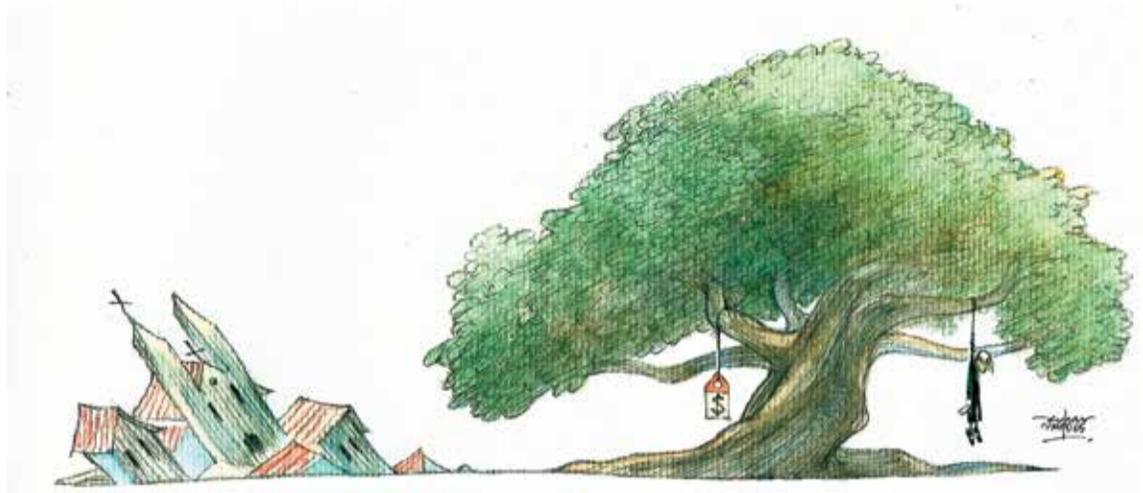


Ilustração: Edgar Vasques

**I**deia para uma história. Homem chega num carro com motorista a uma cidadezinha do interior. Manda estacionar o carro na única praça da cidadezinha, em frente à única igreja, e diz para o motorista ficar esperando no carro enquanto ele inspeciona a cidadezinha a pé. Não leva muito tempo. A cidadezinha é quase nada. A praça, a igreja, a prefeitura, algumas casas em volta da praça, poucas ruas. O prédio mais alto da cidadezinha tem quatro andares. É o que fica em cima da maior loja da cidade, a Ferreira e Filhos, que vende de tudo.

O homem entra no único boteco da praça, pede uma cerveja e puxa conversa.

Quer saber quem é que manda na cidadezinha. Há quatro ou cinco pessoas no boteco, que não pararam de observar os movimentos do homem desde que ele desceu do seu carro com motorista. O maior carro que qualquer uma delas jamais tinha visto. Ninguém fala.

O homem repete a pergunta. Quem é que manda na cidadezinha? As pessoas se entreolham. Finalmente o dono do boteco responde.

- O prefeito é o dr. Al...
- Não, não. Não perguntei o prefeito. O que manda mesmo.
- É o Ferreira Filho.
- O da loja?
- É.
- Ele manda na cidade? Não tem alguém mais alto?
- Tem o delegado Fro...
- Polícia, não. Alguém mais alto.
- Tem o padre Túlio.
- O padre Túlio manda no Ferreira Filho?
- Bom... - começa a dizer o dono do boteco.
- Só quem manda no Ferreira Filho é a dona Vicentina - interrompe alguém, e todos caem na risada.
- A esposa dele?

Mais risadas. Não, não é a esposa. Nem a mãe. Dona Vicentina é uma costureira que não costura. O atelier da dona Vicentina ocupa uma pequena sala na frente da sua casa, mas está sempre vazio. O verdadeiro negócio da dona Vicentina, e suas sobrinhas, acontece nos fundos da casa. É lá que ela recebe o Ferreira Filho, e o prefeito, e o delegado e, desconfiam alguns, até o padre Túlio. Se alguém manda no Ferreira Filho, e na cidadezinha, é a dona Vicentina.

Portanto é na sala dos fundos da casa da dona Vicentina que o homem reúne as autoridades, oficiais e reais, da cidadezinha, naquela mesma noite, e faz a sua oferta. Quer comprar a cidadezinha. Como comprar? Comprar. Cash. Tudo. A praça, os prédios, a população, tudo. E os arredores até o cemitério. Mas como? Não é possível. Há empecilhos legais, há...

Todos os protestos cessam quando o homem revela a quantia que

está disposto a pagar por tudo, e por todos. É uma quantia fabulosa. Em troca, pede pouca coisa. Um retoque na praça, onde ele quer que seja construído um coreto sob uma árvore milenar, que também deve ser providenciada. Cada habitante da cidade, ao receber o seu dinheiro, receberá junto instruções sobre o que dizer, quando forem perguntados. Dirão que se lembram, sim, do homem. Que ele nasceu e cresceu, sim, na cidadezinha. Que era filho da dona Fulana e do seu Sicrano (os nomes serão fornecidos depois). Que muito brincou na praça, sob a árvore milenar. Que estudou na escola tal, com a professora tal, que terá muitas boas lembranças dele. Uma das habitantes mais antigas da cidadezinha será escolhida para fazer o papel da professora tal. Cada habitante da cidadezinha terá seu papel. Só o que precisarão fazer, quando forem perguntados, é contar histórias sobre a infância e a adolescência do homem na cidadezinha. As histórias também serão fornecidas depois.

- Mas perguntados por quem? - quer saber Ferreira Filho.

- Por repórteres. Virão muitos repórteres aqui.

- Por quê?

O homem não diz. Pergunta se está combinado. Se pode contar com a cidadezinha e com seus habitantes. Todos concordam. Está combinado. Dona Vicentina diz que se alguém não concordar, vai ter que se ver com ela.

No dia seguinte, depois de dizer que o dinheiro e as instruções virão em poucos dias e, antes de entrar no carro, o homem olha em volta da praça, examinando cada uma das casas ao seu redor.

Finalmente escolhe uma, aponta, e diz:

- Se perguntarem, eu nasci ali.

Entra no carro e vai embora. Poucos dias depois chegam o dinheiro e as instruções, ou os papéis a serem distribuídos entre os habitantes. É feito o combinado. Constroem o coreto no meio da praça e transplantam uma grande árvore milenar para lhe fazer sombra. E quando a cidadezinha é invadida por repórteres querendo saber da vida do homem, todos respondem de acordo com as instruções. Alguns até improvisam, como a dona Vicentina, que conta que foi a primeira namorada dele. Mas por que tantas perguntas?

- Vocês não souberam? - diz um dos repórteres.

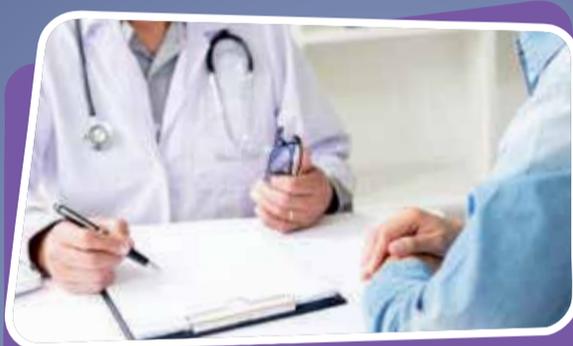
- Ele se matou, ontem. O último pedido dele foi para ser enterrado aqui, na sua cidadezinha natal.

No dia seguinte chega o corpo, para ser enterrado no cemitério. Depois da cerimônia, as autoridades, oficiais e reais, da cidadezinha se reúnem na casa da dona Vicentina para decidir o que fazer. O fato de ele ter se suicidado complica um pouco a coisa, mas no fim fica decidido. Colocarão um busto dele na praça, ao lado da árvore que amava tanto, com uma placa de agradecimento. Afinal, era o filho mais ilustre da cidadezinha.

# Contribuir com o Sinpro/RS é investimento com retorno garantido e imediato.



Garantia de direitos com as Convenções Coletivas de Trabalho



Os melhores planos de saúde e odontológico



Cartão do associado com descontos em produtos e serviços



Hotel Casa do Professor para associados e familiares em Porto Alegre

**SINPRO/RS**  
*Sindicato Cidadão*